



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**VANESSA RODRIGUES DA SILVA**

***“POR DIFERENTES CAMINHOS CHEGAMOS AO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS”:***  
**TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS NEGRAS DA DÉCADA DE 1980 NO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE**

**2018**

**VANESSA RODRIGUES DA SILVA**

*“POR DIFERENTES CAMINHOS CHEGAMOS AO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS”*:  
TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS NEGRAS DA DÉCADA DE 1980 NO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Natália Pietra Méndez

PORTO ALEGRE

2018

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Vanessa Rodrigues da  
"Por diferentes caminhos chegamos ao movimento de  
mulheres negras": trajetórias de ativistas negras da  
década de 1980 no Rio Grande do Sul / Vanessa  
Rodrigues da Silva. -- 2018.  
54 f.  
Orientador: Natália Pietra Méndez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Mulheres negras. 2. História das mulheres. 3.  
Movimentos sociais. 4. Trajetórias de vida. 5. Rio  
Grande do Sul. I. Méndez, Natália Pietra, orient. II.  
Título.

**Vanessa Rodrigues da Silva**

***“POR DIFERENTES CAMINHOS CHEGAMOS AO MOVIMENTO DE MULHERES  
NEGRAS”***: trajetórias de ativistas negras da década de 1980 no Rio Grande do Sul

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 19 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> NATÁLIA PIETRA MÉNDEZ  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. CÉLI REGINA JARDIM PINTO

---

Prof. Dr. MARCUS VINICIUS DE FREITAS ROSA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Ilva (Neca) pela dedicação e força com que nos criou e educou, às minhas irmãs Sophia Luz e Yasmin Oliveira e meu irmãos Witor Luis, Thiago, Douglas, pelo afeto.

Às minhas avós Noeli (*in memoriam*) e Terezinha Maria, mulheres batalhadoras que me ensinaram que há sempre um novo caminho a seguir.

À minha dinda Silvina, que acompanha as minhas “maluquices” desde a tenra infância.

À Iyá Sandrali por potencializar e desenvolver em mim esse “*Axé de Fala*”.

À Profa Natália, pela orientação deste trabalho.

À Regina Vargas, pela leitura atenta desde a escrita do projeto, bem como a escrita e revisão do TCC.

Às mulheres da Pesquisa: Vera Daisy, NoHomero e Reginete Bispo, por compartilharem comigo suas histórias e por me permitirem, a partir de suas palavras, construir esta pesquisa. Minha imensa Gratidão.

À minha amiga e companheira de viagem e Mestra Priscila Nunes por todos os afetos, conversas, anseios e medos compartilhados. E que tem um papel fundamental na minha trajetória de mulher negra e ativista Feminista. *Meu fechamento é você Moção.*

Às Gurias do Morro da Cruz, Noka, Íris, Tia Ana, Tica Pérola, pelas conversas, chimas e afins.

Às gurias do Apê das Pretas, Mariana, Fê, Micha e Tom com quem eu tive prazer de compartilhar muitos cafés, faxinas, ladaias e sonhos.

A Fernanda Evelin que me ajudou nas transcrições das entrevistas, sem você o que seria de mim, heim? Saiu o nosso TCC!

Aos “Cupinchas” do Julinho e do curso, Maurício Dorneles e Matheus Shuster, pela parceria, conversas e ajuda no decorrer da graduação.

Aos colegas de graduação Daniel, Marcelo, Paula Blume e todo o grupo da Jamaica

Aos amigos da FAPA e da Vida Rodrigo (Sonhão) Vanessinha, Alemão, Paulo Ricardo, Japa. Mauricio, Marcelo, Giga, Thiagão, Vaguinho, Roger, Fernanda e Paulinha.

Às gurias do Palácio Piratini, Daliana, Daniela e da Banana Verde Renatinha, Felipe, Luana pelo trabalho e amizade.

Às gurias do Coletivo Feminino Plural, Greice, Leina, Roberta, Daiane, Neusa, Regina, Geneci, Télia, Luisa Gabriela, Carol, Cris, Camila, Clarinha pelo companheirismo, pelo ativismo e cultura feminista.

Ao Fórum livre de Mulheres Negras, ao Movimento de Mulheres Negras pelo ativismo e Luta Feminista.

A dona Iara – proprietária da banca Beijo Frio no mercado público, pelo acolhimento em seu estabelecimento.

Às/Aos pesquisadoras/es negras e negros por quem tenho muita admiração Fernanda Bairros, Fernanda Oliveira, Marcus Vinicius, Paulo Sérgio, Rivair Macedo, Davi Santos, Stella Maria, Priscila Nunes, Mauricio Dorneles, Wellington Navarro, Daniele Machado, Maria Conceição e Sheron Santos.

Ao departamento de Educação e Desenvolvimento Social, na pessoa da Rita Camisolão pelos aprendizados e conhecimentos.

A Ritinha, a Fê, a Pri Cruz, ao Thiago, ao Tom, ao Eduardo, a Andreia que fizeram essa última semana de escrita de TCC ser mais leve.

Aos “Coisinhas” Robson, Grazi e Samantha por sempre lembrarem que *“quando o mel é bom a abelha sempre volta”*

Ao Rogério do 305, Bixa arretada de Cuiabá que compartilha comigo as vivências e experiências de morar no Utopia e Luta.

Ao Samba da escadaria, com o grupo Puro Asthral que muitas vezes serviu como refúgio.

Aos “Unos” e Coletivos Pôr do Sois que ao longo desta escrita foram fundamentais.

A Geneci (*in memoriam*) e Aninha (*in memoriam*) pelo incentivo.

A Zig Marley, que me acompanha há seis anos.

A todas as mulheres negras que vieram antes de mim, Axé.

E por fim, mas não menos importante àquela que é dona de meu ORI, que é dona das águas doces. A minha Mãe OXUM!

*Dedico este trabalho para todas  
as Yabás, para todas elas!*

## RESUMO

A pesquisa intitulada “*Por diferentes caminhos chegamos ao movimento de mulheres negras<sup>1</sup>: Trajetórias de ativistas negras da década de 1980 no Rio Grande do Sul*” tem por objetivo visibilizar e reconhecer a atuação das mulheres negras que tiveram suas identidades raciais e feministas forjadas no interior dos movimentos sociais e que são referências na luta por justiça social. Por isso elegi para a construção deste trabalho as palavras de três ativistas negras, Maria Noelci Homero, Vera Daisy Barcellos e Reginete Bispo, que apresentam semelhanças de origem social e política e têm idades que variam de 56 a 72 anos. Cada uma delas é reconhecida no seu tempo e no seu modo como liderança por diferentes ativistas sociais e aqui elas serão apresentadas em suas pluralidades, singularidades e similaridades. Os relatos e análises de suas trajetórias visam a compreensão de como se articularam nos movimentos sociais as percepções de raça e gênero e como estas influenciaram suas identidades como mulheres negras, bem como suas formações políticas.

Palavras Chaves: Mulheres Negras, Movimentos sociais, História das Mulheres, Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Título/ trecho extraído da tese da pensadora e ativista feminista Claudia Pons Cardoso.



## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>10</u></b>
<b><u>1 OS CAMINHOS DA PESQUISA: DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....</u></b>	<b><u>14</u></b>
1.1 CAMINHO METODOLÓGICO .....	15
1.2 UM OLHAR SOBRE A DÉCADA DE 1980 .....	16
1.3 MULHERES NEGRAS MILITANTES E A PERSPECTIVA RACIAL DE GÊNERO.....	18
<b><u>2 MULHERES NEGRAS CONTANDO SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS .....</u></b>	<b><u>20</u></b>
2.1 NOHOMERO: DA COLÔNIA AFRICANA A MILITANTE DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS. ....	21
2.2 VERA DAISY DO “NÃO LUGAR” NA SALA DE JANTAR, A JORNALISTA .....	24
2.3 REGINETE SOUZA BISPO: DE LARANJEIRAS AO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	27
2.4 ENTRE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS CONSTITUEM-SE AS MULHERES NEGRAS DA PESQUISA .....	30
<b><u>3 MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTO SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS .....</u></b>	<b><u>35</u></b>
3.1 O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE SABERES POLÍTICOS .....	36
3.2 POR DIFERENTES CAMINHOS, CHEGAMOS AO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS .....	39
3.3 GRUPO CULTURAL PALMARES - BREVE HISTÓRIA.....	40
3.4 DA PASTORAL DA JUVENTUDE À MILITÂNCIA POLÍTICO PARTIDÁRIA.....	41
3.5 MARIA MULHER - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: BREVE HISTÓRIA .....	44
3.6 MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: LUTAS CONTEMPORÂNEAS .....	47
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</u></b>	<b><u>49</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS.....</u></b>	<b><u>51</u></b>

## INTRODUÇÃO

"As Mulheres são como água, crescem quando se juntam"  
Fórum Mulheres Amazônia

Esta pesquisa é fruto de minha trajetória pessoal, acadêmica e política. Assim como a maioria das famílias negras brasileiras venho de uma família extensa e pobre marcada por um contexto de desigualdade social e racial. A dimensão racial era algo intrínseco na família, ora positivada, ora negativada, mas sempre discutida. Sou neta de dona Noeli Teresinha Silva dos Santos, natural de Caxias do Sul, e de Terezinha Maria Rodrigues, natural de Boa Vista do Cadeado, ambas do interior do Estado Rio Grande do Sul, filha de Ilva da Conceição Rodrigues e Valdecir Fernando da Silva, que juntos tiveram, além de mim, dois filhos. Quando eu tinha apenas dois anos de idade, meus pais se separaram. Assim, com 25 anos, minha mãe assume a tarefa e a responsabilidade de criar sozinha três crianças. Minha mãe, por sua vez, só irá se relacionar e constituir uma nova família quando eu já tinha 12 anos. Assim, nesse novo relacionamento que também foi efêmero ela teve mais três filhos. A base de criação e educação minha e dos meus outros irmãos, que ajudei a criar, é tida e mantida com o suor e trabalho de minha mãe. Em relação à educação de gênero, recebi uma educação com liberdade, mas com responsabilidades, em que meninos e meninas deveriam ajudar em todas as tarefas de casa e que nós mulheres deveríamos ser independentes, o que significava *nunca depender de homens*, logo, deveríamos estudar para “ser alguém na vida”. Portanto, minha mãe se constitui como a principal referência de nossas vidas no que concerne à luta por uma vida digna e de qualidade. Como mulher negra e trabalhadora doméstica ela sempre nos incentivou a estudar, pois para ela a mudança em nossas vidas só viria se estudássemos e tivéssemos uma profissão para além daquela a qual ela e outras mulheres da minha família exercem. Assim, plantou a semente da esperança e da persistência para que hoje os nossos sonhos estejam se concretizando e é a ela e a todas as outras mulheres negras que no passado e no presente deixaram seu legado que dedico esta escrita.

À medida que escrevia este texto, muitas lágrimas rolaram, lágrimas que ora foram calmas, ora de revolta, mas nunca foram as mesmas – lágrimas que curam, lágrimas de memória que (re)conhece nas narrativas das mulheres da pesquisa o entrelaçamento de muitas outras histórias como as das minhas avós, mãe e tia, lágrimas que no ir e vir ligam o passado e o futuro.

Lágrimas que carregam em si a persistência, a resiliência e a força das mulheres negras brasileiras. Lágrimas que “Como minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto” (EVARISTO, 2014, p.?). Como bem filha de Oxum, dona das águas doces, rios e riachos, carrego em mim o pranto, a força e o Axé.

Nomeio o ano de 2013 como sendo um marco importante para o meu envolvimento e atuação política sobre as questões étnico-raciais dentro e fora da universidade. Na universidade, passo a ter contato com o coletivo de estudantes *NegrAção*. Mesmo que minha inserção neste coletivo fosse indireta, participei de algumas ações como saraus e rodas de conversas, o que contribuiu significativamente para entender o papel político que nós negras e negros desempenhamos na universidade, pois, se hoje estamos em uma universidade pública, é porque muitos antes de nós lutaram para que as ações afirmativas fossem agora uma realidade. O Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS/UFRGS) foi outro espaço importante para a minha formação, através do curso de Lideranças Negras, bem como ter atuado como tutora no curso *Procedimentos didáticos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* – conheci muitos intelectuais negros e negras e isso foi preponderante para que eu não desistisse do curso de História e de lecionar.

O I Congresso de Pesquisadores Negros e Negras da região Sul (COPENE SUL), instigou-me e instrumentalizou-me para ser pesquisadora negra. Fora da universidade, elenco a minha participação no grupo político *Acotirene*, durante os anos de 2013 e 2014, o que configurou o início da minha militância de forma organizada, minha passagem pelo Palácio Piratini como estagiária, no mesmo período, possibilitou-me intervir de forma direta em relação às dimensões étnico-raciais no ambiente de trabalho, ao ser umas das organizadoras da I e II Semana da Consciência Negra do Palácio Piratini, bem como conhecer algumas dessas mulheres que hoje são minhas colaboradoras de pesquisa. Aqui, refiro-me a Reginete Bispo.

Por ocasião do lançamento no Rio Grande do Sul, em 2014, da Marcha de Mulheres Negras<sup>2</sup>, atividade organizada por duas entidades<sup>3</sup> vinculadas às mulheres negras, inicia-se outro passo importante em minha trajetória de ativista – é quando eu passo a atuar com as questões pertinentes às mulheres negras e passo a identificar-me com o pensamento de mulheres negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Nilma Lino Gomes. Neste contexto, eu, juntamente com outras jovens negras passamos a realizar rodas de conversas e oficinas de turbantes, através do Coletivo *Oluchi Turbantes* que, desde a sua

---

<sup>2</sup> A Marcha de Mulheres Negras Brasileiras, contra o Racismo, violência e pelo bem-viver realizada em 18 de novembro de 2015.

<sup>3</sup> Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras e ACMUN- Associação Cultural de Mulheres Negras

criação, já dialogou com mais de mil mulheres, em sindicatos, unidade básica de saúde, escolas, universidades, quilombos, ocupações urbanas, entre outros. O caminho que percorri aproximou-me do movimento de mulheres negras, o que me permitiu conhecer outras mulheres como Maria Noelci (Noho) e Vera Daisy, também colaboradoras desta pesquisa.

A inserção no Coletivo Feminino Plural, em 2015, Organização Feminista que atua há mais de 20 anos em prol dos direitos humanos das mulheres e das meninas, tem me proporcionado conhecimento acerca dos feminismos e do movimento de mulheres, bem como tem sido um espaço de reflexão e debates – e, a partir desta provocação, levou-me ao objeto de pesquisa em questão. Ter participado do edital de iniciação científica em estudos afro-brasileiros indígenas e africanos NEAB-UFRGS em 2017, proporcionou-me acompanhamento e orientação qualificada na proposta inicial do estudo e aqui melhor desenvolvida. Parafraseando um dos poemas de Oliveira Silveira, vejo estes eventos como um encontro de minhas origens, pois “(...) Em minha gente escura, em meus heróis altivos encontrei, encontrei-as, enfim me encontrei ”<sup>4</sup>.

Essa rápida descrição da minha trajetória pessoal, acadêmica e política é o que subsidia esta pesquisa, que é fruto dos aprendizados e relações estabelecidas com os movimentos sociais e coletivos negros e feministas, com os aprendizados adquiridos com as mulheres de minha família, com as mulheres negras entrevistadas, com as inúmeras oficinas que realizei com e através do Coletivo Oluchi Turbantes. Portanto é um trabalho de reconhecimento aos movimentos sociais que tanto contribuíram e contribuem para as transformações sociais em nosso país. Por isso, eles foram motivos de inspiração. Entretanto, os sujeitos e suas trajetórias políticas, sobretudo as mulheres negras, nem sempre ocupam o lugar central nos trabalhos acadêmicos. A pesquisa, intitulada “*Por diferentes caminhos chegamos ao movimento de mulheres negras: Trajetórias de ativistas negras da década de 1980 no Rio Grande do Sul*” surge como uma tentativa de visibilizar e reconhecer a atuação de mulheres negras que tiveram suas identidades raciais e feministas forjadas no interior dos movimentos sociais e que são referências na luta por justiça social. Por isso elegi para a construção deste trabalho as palavras de três ativistas negras, que apresentam semelhanças de origem social e política, têm idades que variam de 56 a 72 anos. Cada uma delas é reconhecida no seu tempo e no seu modo como liderança por diferentes ativistas sociais e aqui elas serão apresentadas em suas pluralidades, singularidades e similaridades. Os relatos de suas trajetórias visam à compreensão de como se articularam nos movimentos sociais as percepções de raça e gênero e como estas influenciaram

---

<sup>4</sup> <http://grafiasnegras.blogspot.com/2013/11/encontrei-minhas-origens-oliveira.html> acesso em 20 de junho de 2018

suas identidades como mulheres negras, bem como suas formações políticas.

O trabalho está dividido do seguinte modo. Além desta introdução, estrutura-se em três capítulos e, por fim, as considerações finais. O capítulo 1 discorre sobre as referências teóricas e metodológicas que orientaram a pesquisa. No capítulo 2 são apresentadas as mulheres negras entrevistadas, seus perfis, suas trajetórias familiares, estudantis e de militância, com o objetivo de conhecer suas atuações, suas participações social e política. No Capítulo 3, analiso a importância dos movimentos sociais, sobretudo do movimento de mulheres negras, e a relevância das mulheres negras como sujeitos singulares, visibilizando alguns momentos significativos em suas trajetórias de vida e política. Aponto e demarco a presença de mulheres negras e seus diálogos e tensões com o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Evidencio o protagonismo dessas mulheres no cenário político, seu ingresso nos diferentes espaços de militância até chegarem ao Movimento de Mulheres Negras.

Por fim, apresento como a inserção nos movimentos sociais imprimiu marcas no *ser* mulher negra e no *fazer* política na contemporaneidade, bem como aponto as marcas que elas imprimiram nos movimentos sociais nos quais estavam inseridas.

## 1 OS CAMINHOS DA PESQUISA: DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

As pessoas tornam-se referências por diversas razões, aqui apresento as trajetórias e experiências de três mulheres negras ativistas que tiveram suas identidades raciais e feministas forjadas no interior dos movimentos sociais e que são referências no que diz respeito à luta por justiça social. Suas ações são motivos de inspiração, admiração e de reconhecimento não só para a pesquisadora responsável por esta pesquisa, mas para os coletivos negros. Petronilha Beatriz e Silva, ao afirmar que “Nós, mulheres (negras), não somos apenas fonte de conhecimento sobre nossa condição; muito mais: somos agentes de conhecimento” (SILVA, 1980, p.1), expressa e dá sentido ao que este trabalho se propõe. Por isso elegi para a construção da pesquisa as palavras de ativistas negras, registradas durante as entrevistas, nas conversas casuais e nas diferentes leituras.

Um trabalho científico construído por e para as mulheres negras coloca-se, portanto como um desafio ao espaço da universidade, marcado pelas relações de poder e de saberes hegemônicos. Por um longo tempo, até mesmo a produção acadêmica da área dos estudos de gênero e das mulheres desconsiderou a temática e as especificidades das mulheres negras. É só a partir do ano 2000 que, gradualmente, pela mobilização de pesquisadoras feministas negras, esta questão começa a emergir nas agendas de pesquisa

É durante os anos 1980 que teremos os primeiros centros de pesquisas dedicados aos estudos sobre mulheres no país. Contudo, a categoria raça e a experiência das mulheres negras nesses estudos foram longamente desconsideradas, embora já houvesse por parte das feministas negras uma crítica à universalização e à experiência de ser mulher. O ponto de vista das mulheres negras foi ignorado pela maioria das intelectuais da área (CALDWELL, 2000). A crítica empreendida pelas intelectuais e feministas negras como Lélia Gonzalez e Luiza Bairros demonstravam que esta falta de atenção “escondia a cumplicidade das mulheres brancas com seu privilégio racial e reforçava o *status* subalterno das mulheres negras” (CALDWELL, 2000) Kia Caldwell afirma que:

(...) De várias maneiras a ausência histórica de discussões públicas sobre raça, racismo no país resultou no apagamento discursivo das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que portanto, se torna até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termo monolíticos ( CALDWEL, 2000)

Dessa forma, o desenvolvimento da produção de conhecimento feminista no Brasil, utilizando-se de um discurso universalizante, contribuiu para reforçar o mito de que as

diferenças raciais na sociedade brasileira eram mínimas. A não incorporação das variáveis raça e gênero nas produções teóricas impediu mulheres negras, e a sociedade brasileira como um todo, de se beneficiarem desses estudos, o que significa também dizer que as experiências das mulheres negras raramente são examinadas. Eis que “Chegou a hora de dar à luz a nós mesmas” (SILVA, 1980). Temos aqui, como centro para as análises, o que a socióloga e feminista afro-americana Patricia Hill Collins propõe: valer-se da experiência de ser mulher negra dentro do espaço acadêmico. Portanto, o propósito deste trabalho é compreender, a partir do ponto de vista das ativistas negras, suas trajetórias sociais e políticas e suas relações e inserções nos movimentos sociais.

### **1.1 Caminho metodológico**

Em vista do exposto, a utilização da história oral configura-se como o principal suporte deste trabalho. A linguagem, na sua expressão oral, tem sido desde início da história da humanidade um dos métodos mais antigos para a transmissão de saberes, costumes e tradições de diferentes grupos sociais. Como afirma Pinto, “[o] ato de falar pode ser uma forma de perpetuação do universo conhecido, mas também uma estratégia de resistência e transformação, na medida que existe a possibilidade de se manipular a cultura através da linguagem” (PINTO, 2015, p. 64). Foi utilizando-se da oralidade que muitas culturas africanas aqui escravizadas puderam organizar diversas formas de resistências no período escravista e no pós-abolição. Os depoimentos aqui registrados se relacionam com outras linguagens, como a produção acadêmica sobre o tema, mas a razão de se utilizar principalmente o relato oral é que este, conforme assinala Pinto:

(...) sintetiza os momentos vividos, construindo uma biografia individual, mas possibilita também associações com a estrutura social. É uma das técnicas mais apropriadas para os estudos de trajetórias de vida, indicando o sentido histórico e a dinâmica das relações sociais (PINTO, 2015, p.64)

Assim o estudo das trajetórias sociais e políticas das ativistas negras apresenta narrativas que são sim individuais, mas que também são coletivas, o que permite conhecer muitas outras histórias, ao passo que possibilita identificar os percursos e os discursos sobre os movimentos sociais, especificamente o movimento negro e o movimento de mulheres.

Este estudo aproxima-se da história social, concepção historiográfica proposta por historiadores, sobretudo ingleses, entre os quais Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson. Estes trouxeram para o centro de suas análises as ações dos sujeitos ocultados, até então, na historiografia tradicional de caráter político institucional (PETERSEN; LOVATO, 2013, p.

174). Assim, se faz mais que necessário fazer virem à tona essas histórias que, embora tenham sido soterradas, emergem cotidianamente, pois, como afirma Pollak, “[a]o privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial” (POLLAK, 1989, p.4). Nesse sentido, ao apresentar a história e trajetórias dessas mulheres, busco trazer outras narrativas possíveis sobre a conformação da sociedade brasileira e que podem ter a mesma visibilidade que as dos homens e/ou brancos ao longo da história. O esforço também expressa um compromisso com a promoção de uma sociedade justa e equânime.

## **1.2 Um olhar sobre a década de 1980**

Realizar este trabalho partindo da década de 1980 como marco temporal, tendo por sujeitos as ativistas negras, significa demarcar que, embora a atuação política para algumas tenha sido construída antes e até mesmo durante o período da ditadura civil-militar, foi com o processo de abertura política que as mulheres negras e, por conseguinte, o movimento de mulheres negras ganharam e tomaram espaço na cena pública. No entanto, sabe-se que diversas ações e mobilizações foram empreendidas por negros e negras bem antes disso, já durante o período da escravidão e persistiram no pós-abolição. As associações negras, como bem disse a historiadora Wlamyra Albuquerque, representam “a mais viva demonstração política negra”<sup>5</sup>, as quais contribuíram para fortalecimento da população negra em suas múltiplas reivindicações e posicionamentos. Apenas a título de exemplo, destaco que no contexto do Rio Grande do Sul houve o surgimento de associações negras que tiveram como marca a confluência entre a militância negra e operária (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 256).

A explicação da importância da década de 1980 está no fato de este ser um período de reorganização e reelaboração da política institucional e de agitação social. Alguns autores apontam que o final dos anos 1970 e início da década de 1980 foi um momento decisivo, para o ressurgimento dos movimentos sociais no país, em especial para o movimento negro, ao passo que é considerado por alguns estudiosos como um período de renovação conceitual, dentro da ótica de movimento de consciência negra (SILVA, M.A., 2011). O recrudescimento do regime militar em 1968, com o decreto do Ato Institucional nº 5, fez com que qualquer atuação política

---

<sup>5</sup> Entre essas associações tem-se o surgimento de sociedades beneficentes como a Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora, em 1872, o surgimento da imprensa negra, com o Jornal *O exemplo* em 1892. Sobre o assunto ver: Silva, F. (2011), Rosa (2014) e Perussatto (2018).



fosse extremamente perigosa, e como estratégia, os(as) militantes negros(as) criaram núcleos de pesquisa e cultura que priorizavam ações comunitárias, como foi o caso do Grupo Cultural Palmares fundado em 1971, em Porto Alegre, no qual ocorre a inserção de Vera Daisy Barcellos, uma das depoentes participantes desta pesquisa. Outros optaram por incidir e fazer a militância no âmbito universitário, como no caso da criação, em 1973, na universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro), do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), e do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense, em 1974. No que se refere à mobilização afro-gaúcha, o historiador José Antônio dos Santos aponta que há quatro momentos fundamentais<sup>6</sup> de resistência e mobilização da população negra gaúcha, posteriores ao período da escravidão. Momentos em que negros e negras gaúchas foram responsáveis por induzir mudanças significativas nas formas de organização e de intervenção social e política na sociedade (SANTOS, 2016, p. 9).

Seguindo nesta perspectiva, a atuação política e o protagonismo das mulheres negras gaúchas estariam atrelados ao terceiro período de mobilizações negras no estado, que compreende os anos de 1970 em diante. Esta interpretação aproxima-se das diferentes leituras que apontam os anos 1970 e 1980 como marcos temporais importantes para a construção de uma agenda política que levasse em consideração a intersecção de gênero e raça (CALDWELL, 2014, p. 93). Nesse período, foram criados em todo o país vários coletivos de negros e organizações oriundas do movimento de mulheres, sendo que as regiões em que historicamente há uma maior concentração de organizações de mulheres negras são o Sul e o Sudeste do Brasil. Entre essas, é no Rio Grande do Sul que se dará a consolidação de algumas das mais antigas organizações de mulheres negras<sup>7</sup> como, por exemplo, Maria Mulher - Grupo de Mulheres Negras, fundada em Porto Alegre, em 8 de março de 1987. Ainda na década de 1980, observam-se acontecimentos marcantes, como a campanha das “Diretas Já”, em 1984, ano da redemocratização e das eleições indiretas. No que se refere ao movimento de mulheres, destaca-se o III Encontro Nacional da América Latina e do Caribe, realizado em Bertioga, em 1985, o XIX Encontro Feminista, realizado em Pernambuco e, no que se refere à mobilização de mulheres negras, tem-se, em 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. No âmbito

---

<sup>6</sup> Para este autor, o primeiro período seria de 1892 a 1930, quando começam a circular os primeiros jornais negros; o segundo, de 1933 a 1971, quando se tem a fundação da Frente Negra Pelotense e do Grupo Cultural Palmares; e o terceiro período de mobilização estaria entre 1971 e 2001, quando se tem a criação do Movimento Negro Unificado, em 1981, no RS, bem como o período em que as mulheres negras exigem reconhecimento e criam suas próprias organizações. Por fim, o quarto período de mobilização, de 2001 aos dias atuais, estaria vinculado às iniciativas voltadas para as políticas públicas de ações afirmativas em universidades e em órgãos públicos, à implementação da lei 10.639, reconhecimento e titularização de comunidades quilombolas.

<sup>7</sup> Caldwell (2014) apresenta uma tabela com as principais organizações de mulheres que são vanguarda na discussão sobre o impacto da discriminação racial e da exclusão social sobre o estado de saúde da população negra.

de mobilização em nível nacional, o Movimento Negro Unificado organizou, em diversos estados do Brasil, manifestações políticas em torno do 13 de maio de 1988, centenário da Abolição, o que, para uma das depoentes desta pesquisa, No Homero, é quando se inicia sua militância política de forma organizada.

### **1.3 Mulheres negras militantes e a perspectiva racial de gênero**

A atual sociedade brasileira tem como pressupostos básicos a democracia e a igualdade de direitos. Em nossa constituição, somos todos iguais em direitos, responsabilidades e oportunidades, isto é, somos sujeitos de direitos. No entanto, a garantia e a manutenção desses direitos não é e nunca foi uma realidade para todos e todas. Os africanos e, posteriormente, seus descendentes desde que chegaram ao lado de cá do Atlântico na condição de escravizados foram submetidos às mais diversas e terríveis condições. Estima-se que aproximadamente 15 milhões de pessoas tenham sido desterritorializadas do continente africano e trazidas para as Américas entre os séculos XV e XIX, sem contar as inúmeras mortes ocorridas durante a travessia. Dentre essas pessoas, cerca de 4 milhões de homens e mulheres chegaram para exercer as múltiplas atividades e funções em diferentes regiões do país (SCHUMACHER, 2006). No período da colonização as mulheres negras, na condição de escravizadas, desempenharam os mais diferentes papéis, que compreendiam desde as tarefas domésticas, até o trabalho na monocultura de cana de açúcar e, posteriormente, de café, em que participavam de todas as etapas de produção. Com a urbanização das cidades nos anos oitocentistas, muitas passaram a atuar no comércio ambulante, destacando-se a aguadeiras, as quitadeiras, vendadeiras, ganhadeiras. Outras formas de exploração encontradas pelos escravocratas deram-se por meio da exploração sexual. (SHUMACHER, 2006).

Assim, o viver em uma sociedade marcada pela exploração e desumanização de homens e mulheres negras configura experiências raciais desiguais. No Brasil a exclusão política e social da população negra é determinada, entre outros condicionantes, pelo racismo. No entanto, é um equívoco pensar que o racismo é fruto do passado escravista – o capitalismo como economia mundial não só o reproduziu como o intensificou. Racismo este que se configura como manifestações individuais, institucionais e culturais. A forma como ele é percebido e experienciado pela população negra será definidora de suas ações e comportamentos “ora tomando uma posição de enfrentamento, ora buscando a assimilação e a submissão” (PINTO, 2015, p. 81). Porém, para uma maior compreensão sobre como operam as desigualdades e as subordinações entre, de um lado, homens e mulheres brancas e, de outro, homens e mulheres

negras, é necessário que se faça o entrecruzamento com outras dimensões, a saber, de gênero, de classe, orientação sexual, entre outras, as quais em conjunto determinam o modo de nascer, viver, adoecer e morrer de diferentes povos e grupos sociais (XAVIER, 2011).

As particularidades que envolvem a subordinação entre mulheres brancas e negras em sociedades racializadas como a brasileira não devem ser analisadas apenas pela categoria gênero, pois as diferenças que as distinguem perpassam, sobretudo, pela questão étnico-racial. Dessa forma, como aponta Silva, se “faz mais que necessário haver uma articulação entre a categoria gênero e raça, no plano teórico e político, para que as mulheres negras possam ser nomeadas, visualizadas e visibilizadas” (SILVA, 2007 p. 34). Nesse sentido, o termo *interseccionalidade* proposto por Kimberlé Crenshaw (2002) é de extrema importância quando se pretende investigar, a partir da diversidade, as semelhanças e singularidades entre mulheres brancas e negras no contexto das desigualdades e nas relações de poder. Para esta autora, a interseccionalidade permite “a conceituação do problema da desigualdade buscando capturar as consequências estruturais e as dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para a escrita do presente trabalho, reconhecendo que há uma identificação comum entre as mulheres negras, no que concerne às suas experiências sociais e políticas, busco percorrer algumas trajetórias de vida, atenta ao fato de que seus discursos e experiências são atravessados por diferentes opressões sociais e simbólicas vividas cotidianamente. Não se pretende aqui fixar ou homogeneizar essas construções políticas apenas visualizando essas categorias, no entanto, é imprescindível pensar tais noções como estruturantes para o processo de invisibilidade e opressão a que estão subordinadas as mulheres negras.

O próximo capítulo apresenta as mulheres escolhidas para ilustrar a pesquisa e traz elementos de suas histórias pessoais como militantes.

## 2 MULHERES NEGRAS CONTANDO SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS

Para este trabalho foram investigadas a trajetória de três ativistas negras, Maria Noelci Homero<sup>8</sup>, Vera Daisy Barcellos<sup>9</sup> e Reginete Bispo<sup>10</sup>. Os critérios adotados para a escolha das entrevistadas estão relacionados, primeiramente, à importância que estas mulheres ocupam no movimento social, bem como ao fato de terem atuado e/ou iniciado sua trajetória política na década de 1980, residirem na cidade de Porto Alegre, e por último e não menos importante, ao vínculo de confiança e de afeto que temos umas para com as outras<sup>11</sup>. São mulheres que apresentam semelhanças de origem social e política, e apenas uma delas apresenta diferença geracional. Todas têm suas trajetórias marcadas pela atuação em diferentes espaços dos movimentos sociais, sendo que uma delas tem sua militância marcada fortemente pela atuação partidária. Cada uma é reconhecida no seu tempo e no seu modo como liderança por diferentes ativistas sociais. Aqui serão apresentadas em suas pluralidades, singularidades e similaridades com destaque para suas atuações no Movimento Negro, na política partidária e, em especial, no Movimento de Mulheres Negras. Nesse sentido, os relatos acerca de suas trajetórias aqui analisados visam à compreensão de como se articularam, nos movimentos sociais, as percepções de gênero e raça, e de como estes espaços influenciaram sua identidade como mulheres negras, bem como sua formação política. Embora possuam perfis variados, as três mulheres compartilham as causas de enfrentamento ao racismo, sexismo e às desigualdades sociais. A militância política analisada neste trabalho refere-se à atuação dessas mulheres, durante um período significativo, na emergência dos movimentos sociais contemporâneos face ao desmantelamento do regime militar, privilegiando os discursos e narrativas sobre o

---

<sup>8</sup> Bibliotecária, funcionária pública aposentada. Atualmente integra a Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN).

<sup>9</sup> Jornalista profissional, integra a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, é presidente da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas e é ativista do movimento feminista das mulheres negras, integrando a ONG Sempre Mulher Instituto de Pesquisa e Intervenção Racial.

<sup>10</sup> Socióloga, diretora executiva no Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos Gênero, Raça e Etnias - AKANI.

<sup>11</sup> A relação com as participantes desta pesquisa, tem início entre os anos de 2013 e 2015, e foi a militância feminina negra que possibilitou nossa aproximação. Meu primeiro contato foi com Reginete Bispo, a partir de nossa atuação, em conjunto com o Comitê dos Povos tradicionais de terreiro, na organização da I semana da Consciência Negra no Palácio Piratini nos anos de 2013 e 2014. Por ocasião do lançamento da Marcha de Mulheres Negras, em 2014, promovida pelas Ongs Maria Mulher e ACMUN, conheci Vera Daisy Barcellos e No Homero, sendo que a minha relação de proximidade com Vera Daisy está diretamente vinculada ao Fórum Livre de Mulheres Negras, do qual ela foi uma das propulsoras, e também através da Rede Feminista Saúde parceira da Ong Coletivo Feminino Plural onde atualmente estou. E, por fim, a relação estabelecida com No Homero, está diretamente relacionada à pessoa de Fernanda Bairos, militante feminista que tive prazer de conhecer em 2015 no Copene SUL, vindo a ser sua bolsista no Edital de iniciação científica promovido pelo NEAB em 2017.

movimento de mulheres negras.

No decorrer das entrevistas percebeu-se que as três seguem até hoje atuando, levando a perspectiva de gênero e raça em suas intervenções. Algumas atuam de forma individual, dentro e fora do espaço de trabalho, como é o caso da jornalista Vera Daisy Barcellos que, em conjunto com outros jornalistas, criou o núcleo de jornalistas afro-brasileiros. Outras atuam coletivamente, vinculadas a alguma organização ou partido político, como é o caso da Maria Noelci Homero (Noho) que, em 2012, passa a se dedicar integralmente à Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN). Reginete Bispo segue atuando no Partido dos Trabalhadores, levando a pauta da população negra e, especialmente, das mulheres negras.

Nesse sentido, as mulheres negras que fazem parte desta pesquisa revelam perfis diferenciados e dinâmicos, têm idades que variam de 56 a 72 anos e todas têm mais de 30 anos de atuação e militância política. Por terem sua militância vinculada ao contexto do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, todas as entrevistadas se conhecem e, em determinado período, já protagonizaram ações em conjunto. A apresentação seguirá uma ordem cronológica privilegiando as mais velhas, a começar por Maria Noelci (Noho) e Vera Daisy e, por último, a mais nova, Reginete Bispo.

## **2.1 NoHomero: da colônia africana a militante do movimento de mulheres negras.**

Maria Noelci Homero, bibliotecária, funcionária pública aposentada, é conhecida popularmente entre as ativistas por Noho. Nasceu em 10 de outubro de 1947, no bairro Petrópolis, conhecido como Alto Petrópolis, na Rua Coronel Lucas de Oliveira, antigamente chamada de Pedreira, com limites no Bairro Mont Serrat, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Tem a sua militância marcada pelo movimento de mulheres negras, no qual ingressou, em 1988, na Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher. Desde 2012, atua na REDSSAN - Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na qual faz a discussão e formação em gênero e raça. A entrevista com Noho aconteceu no mês de agosto, na Banca Beijo Frio, de propriedade de Iara Fátima Ruffino, mulher negra empreendedora, no Mercado Público de Porto Alegre.

Noho, morou no Alto Petrópolis até os cinco para seis anos de idade, depois mudou-se com sua família para o bairro hoje conhecido como Chácara das Pedras. A lembrança que tem desse período é que, enquanto morava na Lucas de Oliveira, ela convivia com muitas pessoas, parentes, vizinhos, amigos, pois, segundo ela, era uma rua com características típicas das

habitações da população negra, que eram “aquelas casas que eles chamavam de bonde”,<sup>12</sup> pois era um pátio comprido com uma casa atrás da outra. A região em que ela morou era conhecida como Colônia Africana. Relatos apontam que a ocupação da área tem início no período pós-Abolição e é caracterizada pela grande presença de famílias negras “existentes na cidade de Porto Alegre por pelo menos 5 décadas: da segunda metade de 1880 até pelo menos 1940” (VIEIRA, 2017, p.129). Nas memórias da Noho, é possível perceber que há traços da presença das famílias negras pelo menos até o início da década de cinquenta. Noho, trouxe outras recordações, como o funeral da Mãe Apolinária<sup>13</sup>, no qual seguiu um imenso cortejo até o Cemitério da Azenha e ela criança acompanhou toda essa manifestação, ela lembrou dos jogos no Campo da Várzea<sup>14</sup>, local em que seu pai e sua mãe se conheceram, dos clubes Carnavalescos os Tesouras e Prediletos que ficavam no Bairro Santana, dos bailes no Salão do Rui que ficava na Miguel Tostes, dos primeiros atendimentos do Pronto Socorro, que na época tinha outro nome, local em que seu pai trabalhou como Auxiliar de Enfermagem.

As lembranças remetem também ao processo de desenvolvimento do Bairro Chácara das Pedras, pois, além de considerar um bairro muito distante, ela quase não tinha vizinhas, havia poucas habitações como afirma em sua fala:

O final do bonde era ali na igreja São Sebastião, bom e ali acabava; mais adiante era, não sei se tinha o termo periferia, mas ali pra adiante já era considerado periferia além do que tinha poucas habitações e era, assim, quase mato fechado. E aí, então, nós fomos pra essa Chácara das Pedras porque era uma chácara e o bairro tinha muitas pedras. Então o lugar onde nós morávamos, a rua já era calçada já tinha sido loteada, mas nos fundos era mato fechado com árvores frutíferas, pitangueiras, morros, não eram ruas abertas. Então, a partir daí a gente teve uma infância muita mais solta do que na Lucas que era dentro de um pátio. Muito tempo depois que meu pai cercou e tal, porque tinha comprado, tinha mandado fazer a casa e tal, uma casa de madeira maravilhosa (Noho, agosto de 2018)

Assim, as histórias e memórias aqui narradas entrelaçam com os acontecimentos e transformações da própria cidade, e mais: essas narrativas podem ser vistas, conforme pontuou Petronilha Silva na apresentação do livro *Colonos e Quilombolas* (SANTOS, 2017), como a ‘história do Porto Alegre Negro’. Foi possível perceber na narrativa o quanto é e foi significativo o território da Antiga Colônia Africana, embora este já não exista tal como era constituído quando Noho era criança – o sentimento de pertencimento ainda permanece vivo nas memórias. Para além de ser um espaço físico, este assume outros significados a partir das relações que ali se estabeleceram, como afirma a geógrafa Daniela Machado Vieira:

---

<sup>12</sup> Aqui podemos nos referir aos antigos cortiços e casas populares presentes naquela região.

<sup>13</sup> Liderança religiosa de grande prestígio no início do século XX em Porto Alegre e que residia na Colônia Africana.

<sup>14</sup> Local onde hoje é o Hospital de Clínicas.

(...) os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro. (VIEIRA, 2017, p.42)

Assim, o modo de ser e estar enquanto criança negra foi concebido a partir daquele que foi sim espaço físico, mas que ainda imprime laços de pertença e de construção de si, enquanto mulher negra.

O estudo sempre foi uma estratégia utilizada pelas famílias negras como uma possibilidade de alterar a situação socioeconômica na qual se encontravam. Assim, os pais de Noho sempre procuram priorizar e oportunizar os estudos tanto para ela quanto para sua irmã. Ela iniciou seus estudos no Grupo Escolar Antão de Faria na Vila Jardim; no 6º ano ela foi transferida para o colégio Rui Barbosa, lá terminou o ginásio e, depois, fez o curso Normal na Escola Vera Cruz, ambas escolas privadas e sua permanência só foi possível pois lhe foi concedida bolsa de estudos. A tarefa de acompanhar a educação e o desempenho escolar das filhas coube à sua mãe que, após o casamento, deixara de exercer a atividade de costureira e passa a se dedicar exclusivamente para a família. Era sua mãe quem acompanhava os afazeres dos temas. Embora o estudo fosse prioridade, o mesmo não era a única atividade a ser realizada. Assim, desde a infância Noho e sua irmã tinham algumas tarefas a cumprir, como manter higienizado o local onde viviam os animais como porcos e coelhos além de serem responsáveis por um dos canteiros de hortaliças. É importante frisar que estas responsabilidades que No e sua irmã tinham eram acordos pré-estabelecidos, pois, como afirma em sua fala, “nós tínhamos um pátio grande e queríamos plantar e ter animais, nosso pai deixou, desde que nós ajudássemos com as tarefas” e como haviam prometido, cumpriam o acordo sem pestanejar. Nas nossas conversas foi possível perceber que essas atividades eram muito prazerosas e não eram vistas como apenas uma obrigação.

Ao concluir o curso normal, Noho passou a lecionar para jovens e adultos, fez cursinho pré-vestibular e ingressou na UFRGS no ano de 1972, no Curso de Biblioteconomia e Documentação. Nesse ínterim, faz concurso para o magistério e começa lecionar em uma escola ali mesmo na Vila Jardim, no “buraco quente”<sup>15</sup>. Quando a diretora soube que ela estava cursando biblioteconomia, convidou-a para assumir a biblioteca da escola, assim, ela, juntamente com a professora de Artes, organizou a hora do conto. Como ela conhecia bem seu alunado e sabia que muitos pais saíam em escolas de samba, conseguiu algumas fantasias e junto com seus alunos costumavam e faziam novas roupas para serem usadas na hora do conto.

---

<sup>15</sup> Termo utilizado pejorativamente para designar as pessoas oriundas de uma parte do Bairro Vila Jardim e que era tida como violenta e perigosa.

Foi a partir desse trabalho que despertou o interesse em continuar a desenvolver ações nas comunidades periféricas, desejo este que se realizou quando ela passou a atuar diretamente na Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher, em 1989.

## **2.2 Vera Daisy do “não lugar” na sala de jantar, a jornalista**

Vera Daisy Barcellos é jornalista, funcionária pública aposentada, nasceu em 07 de outubro de 1948, na cidade de Porto Alegre, e morou com sua família na Cidade Baixa, em um terreno da Rua Joaquim Nabuco, até os quatro anos de idade. O início de sua militância política foi marcado por atuação no Grupo Palmares, fundado em 1971, responsável por propor e instituir o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como Dia Nacional da Consciência Negra. Ainda durante a década de 1970, ela foi fundadora e jornalista responsável pela revista *Tiçã* voltada para as questões étnico raciais, que se tornou um veículo de resistência e de combate ao racismo. Vera Daisy integra, atualmente, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e é uma das coordenadoras do Núcleo dos Jornalistas Afro-brasileiros. É conselheira fiscal do Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais - Sempre Mulher. É assessora de imprensa e produtora executiva do grupo de samba Puro Asthral, de Porto Alegre, e preside a Comissão Nacional de Ética, da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ. A entrevista ocorreu em dois momentos – a primeira na sede do Coletivo Feminino Plural e a segunda na Casa de Cultura Mario Quintana, durante o mês de agosto de 2018.

Vera Daisy Barcellos é a segunda dos cinco filhos de Eva Barcellos, mulher negra “pobre de marré dessi”, que trabalhava como empregada doméstica para uma família de classe média alta. Vera Daisy, conviveu com a sua mãe na Cidade Baixa até os quatro anos de idade e a lembrança daquela época é que sua mãe exercia múltiplas tarefas como passadeira, lavadeira, cozinheira. Por ser uma boa cozinheira, sua mãe deixa de ser empregada doméstica e decide ingressar no mercado de trabalho formal. E, percebendo que não havia condições de criar a filha, optou por deixá-la aos cuidados da família com a qual trabalhou por vários anos. É essa a família que assume a tutela da menina. Os pais de criação de Vera Daisy são oriundos de Rio Grande. Sua mãe, Cecy Canello Faria era do lar, seu pai Floriano de Oliveira Faria, era um militar general do exército e foi comandante da Escola Militar, hoje Colégio Militar de Porto Alegre.



Para sua mãe, a opção de deixá-la com os patrões significava que ali ela poderia ter condições crescer, viver e estudar, no entanto a permanência nesta família tinha um outro objetivo, o qual Vera Daisy irá perceber mais adiante, como afirmou em entrevista:

(...) Essa história romantizada da minha vida, de que “vamos ficar com a menina porque nós poderemos dar estudo para ela”, é claro que nunca foi dita para minha mãe. A vida me fez ver, em uma outra leitura, de que eu poderia vir a ser a empregada da casa (...) O exemplo estava bem perto de mim. Minha madrinha era uma mulher não negra, mas indígena, que tinha sido criada por esse casal e ocupava a função de doméstica desde criança. (VERA DAISY, agosto, 2018)

A confirmação de que poderia ser a empregada da casa, substituindo assim a sua madrinha, começou ainda na tenra infância. À medida que ia crescendo, vinham as responsabilidades e o cuidado com a casa e sua madrinha era quem determinava o que ela deveria fazer. Apesar de ser criada com todo o carinho pela família e de ter acesso a todos os brinquedos e brincadeiras e ser considerada a menininha da casa, ela ainda era uma criança negra, morando com uma família classe média alta. Vera Daisy conta que ela não sentava à mesa com eles na sala de jantar. Seu lugar estava reservado na mesa da cozinha, tendo ao seu lado sua madrinha. Empiricamente, Vera Daisy sabia que a condição de ser “quase da família” não a impediria de ter que retribuir, através da execução de trabalhos domésticos, a casa, a comida e a roupa lavada que a família lhe concedia. Desde menininha já auxiliava a sua “dinda” nos afazeres da casa. Logo, o papel que seria determinado a ela, seria aquele relegado às suas mãe e madrinha e – por que não? – às mulheres negras em geral: o lugar da subalternidade, a cidadã de segunda categoria. SANTOS (2018), ao se debruçar sobre o trabalho doméstico na cidade de Porto Alegre nos anos de 1940 a 1956, aponta que era muito comum famílias de classe média alta contratarem crianças para serviços domésticos e, até mesmo, adotarem meninas negras para o mesmo fim. A partir do relato de Vera Daisy, é possível identificar que esta prática se perpetuou, estando enraizada nos costumes da classe média porto-alegrense.

O discurso de ser vista como sendo “quase da família” carrega por trás uma lógica de exploração, muito vinculada aos resquícios da escravidão, que a despeito da “abolição” não permitiu uma inserção igualitária da população negra, pelo contrário, acirrou ainda mais as desigualdades. Os homens negros, em sua maioria, não foram absorvidos no mercado de trabalho livre, este privilegiou a mão de obra estrangeira e, com relação às atribuições profissionais das mulheres negras, estas se mantiveram as mesmas, isto é, elas seguiam responsáveis pelos trabalhos domésticos, como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras.

Os signos atribuídos à imagem da mulher negra como a doméstica, a mulata e a ama de leite foram objetos de análise da pensadora negra Lélia Gonzales (1982), a qual reflete sobre

como a sociedade, manipulada através da cultura e do mito da democracia racial, exerce uma violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra.

Enquanto todas as crianças em idade escolar estavam na escola, Vera Daisy, ainda estava fora dos bancos escolares e tampouco sabia ler. O seu ingresso no primário só foi possível, porque um dos seus irmãos de criação convenceu a família de que era necessário matriculá-la no sistema de ensino. Assim, com 8 anos, ela passa a estudar no Grupo Escolar Luciana de Abreu, antigo prédio onde atualmente é a Casa dos Conselhos Municipais de Porto Alegre, localizado na Avenida João Pessoa. Para sua mãe de criação, o ato de fazer o primário, saber ler e fazer algumas contas já era suficiente e, novamente, por interferência de seu irmão de criação, Vera Daisy tem a oportunidade de seguir com os estudos e fazer o Ginásio. Faz o exame de admissão para o Colégio Estadual Pio XII, hoje Paula Soares. Essa escola foi criada pela sindicalista e professora de renome Zilá Totta e era frequentada por estudantes, em sua maioria, oriundos da classe média alta. O Pio XII, segundo Vera Daisy, era visto como modelo de ensino e estava fazendo uma “revolução” apesar do processo da ditadura militar. Nesta escola, ela se forma no Ginásio e no Clássico. No início de 1969, em pleno acirramento da Ditadura Civil-Militar, Vera Daisy presta Vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e é aprovada para ingresso no curso de Jornalismo.

A opção pelo jornalismo como profissão foi muito influenciada pelas leituras de revistas, jornais e livros que a família possuía e, também, como uma forma de sair do controle, como afirmou em entrevista:

Eu me criei junto aos livros, numa casa que tinha uma grande biblioteca. Quando bem menina e adolescente eu quase não dormia porque descia à noite para ler os livros. Esperava todos dormirem e descia, pé por pé, rumo à biblioteca e no silêncio da noite descobria o mundo através da leitura, não só dos livros, mas também dos jornais e revistas que a família assinava. Eu lia muito e a leitura me oportunizou “viajar” pelo mundo. De uma hora para outra eu resolvi que queria ser jornalista, talvez porque fosse um meio de fugir do controle da família. Eu não saía muito, minha vida se resumia em estudar e trabalhar em casa, realizando tarefas que não eram remuneradas (VERA DAISY, agosto, 2018)

Contudo, a escolha do jornalismo como profissão trouxe alguns conflitos no ambiente familiar, sobretudo por parte de seu pai de criação que diversas vezes a questionou sobre o porquê de tal escolha, alegando que esta profissão era estritamente masculina. E foi exatamente por ser um ambiente majoritariamente masculino que ela se lança na carreira de jornalista, contrariando seus pais, pois, como bem afirma:

(...) Foi o meu primeiro, significativo e definitivo ato de rebeldia naquele processo de criação. Um ato bem firme e definido. Eu disse à família que não queria ser professora. Na época, assim me parecia, ser normalista, professora, era o destino traçado para as

jovens negras criadas pelas famílias brancas. Ou seja, a opção pelo Magistério. Eu não tinha vocação para ensinar. Eu gostava de escrever e sonhava em viajar pelo mundo. E via no Jornalismo esta oportunidade. Finquei pé e lá me fui para o Curso de Jornalismo da UFRGS. (VERA DAISY, agosto, 2018)

Da escolha da profissão até o vestibular, muitos foram os desafios, mas também houve uma rede de solidariedade. No final dos anos de 1960 estavam começando, em Porto Alegre, os cursinhos pré-vestibulares. É claro que Vera Daisy não foi matriculada, mas este fato não a impediu de ter acesso aos materiais dos cursinhos. Suas colegas e amigas do Ginásio e Clássico, todas pertencentes à classe média alta, iam todos os sábados à sua casa e lá passavam todo o conteúdo, auxiliando-a, tirando dúvidas e assim foi até o dia da prova.

Naquela época, o vestibular da UFRGS ocorria em duas etapas, a geral e a prova específica. Vera Daisy por seu próprio esforço e dedicação e, também, com ajuda de suas amigas passou em terceiro lugar, fato que causou um impacto na família de criação. Celebração feita com telegramas comunicando o feito “da menina” para familiares que residiam no interior do Estado, bem como para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A desvantagem econômica que recai sobre a maioria da população negra tem sido um dos dispositivos de impedimento quanto ao prosseguimento dos estudos e, quando há a possibilidade de continuar, o estudo nunca é a única atividade a ser realizada. No caso de Vera Daisy, mesmo após o seu ingresso na UFRGS, o cuidado com a casa seguia. Assim, os anos de graduação passaram-se entre livros, escritos e afazeres domésticos pois, como diz a música dos mutantes “todos estavam preocupados demais em não estar preocupados”, pois a sua menininha seguia servindo-os à mesa de jantar.

### **2.3 Reginete Souza Bispo: de Laranjeiras ao Partido dos Trabalhadores**

Reginete Souza Bispo, socióloga, tem 56 anos, nasceu na zona rural, em Laranjeiras, região de Marau no norte do Estado, onde residiu até aos 9 anos de idade com sua família, mudando-se, depois, para Passo Fundo. Sua militância inicia ainda na adolescência, quando no ensino médio passa a frequentar aulas de teatro bem como se envolver com a Pastoral da Juventude no final dos anos de 1970. Na segunda metade dos anos de 1980, foi convidada pelo Partido dos Trabalhadores a se filiar, muito em função do enorme trabalho que ela desenvolvia na Vila São Luiz Gonzaga em Passo Fundo, onde dirigia um centro de juventude que atendia cerca de 300 crianças e jovens. Na década de 1990, muda-se para Porto Alegre, onde, além das atividades no Partido dos Trabalhadores, passa a atuar no Movimento Negro Unificado, ocupando o cargo de Secretária Estadual pela entidade, tornando-se uma grande liderança

feminina negra. Atualmente, além de coordenar o Instituto Akanni de pesquisa e assessoramento em direitos humanos exerce a função de Cônsul Honorária de Senegal e de 2º suplente no Senado junto ao senador Paulo Paim. A entrevista foi realizada durante o mês de agosto, na sede da Akani, no bairro Farroupilha, em Porto Alegre.

Reginete Bispo, nasceu em Laranjeiras, uma área de colonização italiana, mas com uma forte presença indígena. Filha de Petronildo, natural da Chapada Diamantina, na Bahia, e garimpeiro que se mudou para o sul do país para trabalhar nas estradas de rodagem. Em Passo Fundo, seu pai trabalhou na construção da ferrovia do trigo, onde conheceu sua mãe, uma colona do meio rural, e então casaram-se e juntos tiveram 10 filhos, 8 meninas e 2 meninos. Algo que é marcante nas memórias de Reginete é que sua família era bem extensa, pois além de seus pais e irmãos, moravam junto à família os 5 irmãos de seu pai, pois eles nunca se separavam; eram todos maquinistas e trabalhavam na construção de estradas. Havia também sua tia Olinda, que auxiliava sua mãe no cuidado da casa e na criação e educação sua e de seus irmãos. Seu pai, entendendo que no meio rural seus filhos e filhas teriam pouca ou quase nenhuma chance de progredirem economicamente e intelectualmente, decide vender as poucas terras que possuíam na zona rural. Assim, no início dos anos de 1970, outro processo de migração ocorre, desta vez para viverem na zona urbana da cidade.

A família de Reginete Bispo, como outras tantas famílias, experienciou o êxodo rural brasileiro, iniciado na década de 1930, com a *Revolução Verde*, que proporcionou e gerou a mecanização do campo, utilização de insumos agrícolas, aumento na produção de alimentos e que beneficiou principalmente os grandes produtores agrícolas, pois aqueles produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção, não atingindo produtividade suficiente, acabavam endividados devido aos inúmeros empréstimos bancários e, como consequência, a única forma para o pagamento das dívidas era vender suas propriedades. Estima-se que pelo menos 27 milhões de pessoas entre as décadas de 1960 e 1980 tenham migrado do campo para a cidade. Inúmeras foram as causas que levaram famílias inteiras a migrarem do campo para cidade, entre as quais estão melhores condições de moradia, trabalho, saúde e educação. Segundo Reginete Bispo, o principal motivo que levou seu pai a vender as poucas terras que possuíam em Laranjeiras para ir viver na cidade está relacionada à busca de melhores condições de acesso à educação sua e de seus irmãos, pois o que seu pai menos desejava é que suas filhas tivessem empregos subalternizados, portanto o acesso ao ensino, além de primordial era extremamente necessário. Por sua vez, morar na cidade trouxe uma série de problemas antes não enfrentados por sua família, como a escassez de alimentos e o desemprego, fazendo com seu pai e tios se deslocassem para outro estado em busca de trabalho,

como descrito em sua fala:

(...) Quando nos mudamos para a cidade, a vida ficou muito diferente, ficou muito difícil, porque eram muitas crianças, a família era grande e mais a tia que o pai cuidava, a nossa família era de 15 pessoas e o pai teve dificuldades, porque a pessoa que comprou as terras dele não pagou, aí o pai foi trabalhar em Santa Catarina (REGINETE BISPO , agosto, 2018)

Sua mãe, por não ter condições de subsidiar e sustentar toda a família, consegue autorização do Juiz da cidade para que suas filhas pudessem trabalhar, a fim de ajudarem com o sustento e a manutenção da casa. Assim, aos 12 anos de idade, Reginete Bispo tem seu primeiro emprego remunerado, o de trabalhadora doméstica. Para Reginete, o que mais marcou foi a reação do seu pai quando soube que ela e suas irmãs estavam trabalhando como empregadas domésticas, “Acho que foi a primeira vez que vi meu pai chorar, quando ele chegou e viu nós trabalhando nas condições que ele achava que não deveria ser” (Reginete Bispo, agosto, 2018). Historicamente o trabalho doméstico tem sido uma ocupação majoritariamente feminina e, em sociedades racializadas como o Brasil, é uma categoria ocupada em sua maioria por mulheres negras. A sobrerrepresentação da população feminina e negra neste setor está relacionada, principalmente, à herança escravista da sociedade brasileira, em que a falta de oportunidades, a baixa escolaridade e o aumento do nível de pobreza fizeram com que o serviço doméstico se constituísse numa das poucas opções de emprego para as mulheres negras<sup>16</sup>.

A educação sempre foi uma prioridade para os pais de Reginete, tanto que a irmã mais velha foi a primeira a sair da zona rural para a cidade, com objetivo de estudar e se qualificar. Foi no ensino médio em uma escola de Passo Fundo, a partir da participação em um grupo de teatro, que o universo e o mundo de Reginete se alteraram, como observamos em sua fala:

Foi no final dos anos de 1970 que eu entro no ensino médio; aí me envolvi com teatro escolar, aí começou outro universo, aí começou a minha militância, (...) nesse período do fazer teatro eu me envolvi com a pastoral da juventude. No final dos anos setenta, os movimentos sociais começaram a se rearticular e a pastoral da juventude, a teologia da libertação era um movimento muito forte, então eu me envolvi por causa do teatro e porque na rua da casa dos meus pais tinha uma paróquia que era dos Capuchinhos e ali tinha muito estudantes de Filosofia. (...) a gente subia a rua, saía do trabalho e ia correndo para escola, estava sempre correndo, daí um padre capuchinho me chamou e disse: “você quer participar de um grupo de jovens” e eu disse posso conhecer, então eu fui participar do grupo de jovens e as pessoas dizem que mudou o grupo, mudou a igreja e eu também mudei (Reginete Bispo, 2018).

Ainda jovem, Reginete Bispo foi convidada para participar de um curso de formação

---

<sup>16</sup> As trabalhadoras domésticas representavam uma parte significativa da força de trabalho em escala global no Brasil, em 2015, 88,7% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras(os). Em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres. Ver <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>

política, promovido pelo Cajamar - Centro de Formação da esquerda, em São Paulo. Para ela, a experiência no Cajamar dará um outro rumo para a sua militância, em que a questão racial se torna o centro de suas análises. Percebemos que o envolvimento com a política estudantil, através do teatro escolar, e com a inserção na Pastoral da Juventude, contribuiu significativamente para a sua formação e militância. A opção pelo curso de graduação em Sociologia, sem dúvida está atrelada a toda as suas experiências enquanto estudante secundarista.

#### **2.4 Entre semelhanças e diferenças constituem-se as mulheres negras da pesquisa**

Nesta seção, os relatos das entrevistadas quanto a suas trajetórias de vida nos revelam que, em muitos casos, há pontos em que suas histórias se entrelaçam, mas há outros em que suas experiências e vivências são únicas, o que veremos a seguir.

Com exceção de Vera Daisy, cuja sua relação familiar foi condicionada pela vivência e experiência de ter pais adotivos, as entrevistadas, ao falarem de suas famílias, origens, destacaram uma forte ligação com os bairros, seja onde nasceram, seja onde fixaram suas residências e construíram suas histórias. Reginete Bispo fez questão de ressaltar as tensões que ela e sua família enfrentaram em uma área majoritariamente ambientada por colonos, de origem italiana, entre os quais, pretos e indígenas que também habitavam o lugar eram marginalizados e estigmatizados. Maria Noelci ressaltou com orgulho o local onde nasceu e os processos de lutas e de sobrevivência das comunidades negras que ali habitavam – segundo ela, sua militância é dada desde o nascimento, foi a partir daquele lugar que se deu toda sua compreensão e visão de mundo sobre as questões étnico-raciais.

A partir de suas vivências familiares, foi possível perceber que a solidariedade era uma característica forte entre as entrevistadas, pois todas ressaltaram as responsabilidades que tinham em suas casas com suas famílias, uma vez que estas responsabilidades eram compartilhadas com suas mães tias e irmãs. Diferentemente das demais, os serviços domésticos da casa onde vivia Vera Daisy era de responsabilidade da trabalhadora doméstica, e ela sendo sobrinha desta trabalhadora, assumia também parte desses serviços, logo, a relação estabelecida era de trabalho, neste caso, uma troca, pelas roupas e comida que recebia por viver com esta família.

Nas memórias das três, foi possível identificar que foi durante a infância que elas se depararam com a questão racial. No caso de Noho, isso aparece de modo entrelaçado com a

convivência em uma comunidade negra de Porto Alegre, que contribuiu para a construção de uma identidade, de um pertencimento a essa comunidade. No caso da Reginete, os conflitos vivenciados no interior, que envolviam relações raciais e étnicas, parecem ter um papel importante na sua trajetória como mulher negra. Já para Vera Daisy essa situação se origina de uma hierarquia de raça, classe e gênero vivida desde a infância, na condição de “menininha”, filha de criação de um casal branco que a tratava ora com orgulho, ora com preconceito, a questão de ser “quase da família”, mas desde que soubesse qual era o seu lugar naquela hierarquia.

A educação formal como direito fundamental sempre foi uma constante para a comunidade negra e, como aponta Nilma Lino Gomes (2012), a educação e a inclusão dos negros na escola pública já apareciam como uma das principais reivindicações das organizações negras desde anos de 1940 e 1960. Nos relatos de Maria Noelci e de Reginete, é possível perceber o quanto a educação sua de suas irmãs e irmãos foi vista como prioridade pelos seus pais. Maria Noelci, seguindo os moldes de educação da época, formou-se no magistério tornando-se professora, tendo seu primeiro emprego, já formada. Contudo, esta possibilidade de se dedicar apenas aos estudos não foi uma realidade para as demais. Reginete e Vera Daisy, por exemplo, sempre tiveram que conciliar os estudos com trabalho. No caso de Reginete, aos 12 anos já trabalhava como empregada doméstica no turno inverso da escola, durante o ensino médio conciliou o curso de técnico contábil e o trabalho como estagiária em um escritório de contabilidade. Já para Vera Daisy, a possibilidade de estudar estava condicionada ao fato de que o estudo não poderia interferir nas suas responsabilidades com a casa.

Sobre suas lembranças escolares, muito pouco elas mencionaram situações de racismo e ou/preconceito, contudo, isso não significa dizer que não elas não tenham sido vitimizadas e discriminadas. Nesse sentido, o racismo no ambiente escolar se materializa de outras formas a saber, pela quase ausência de alunos e alunas negras nos bancos escolares, Nos relatos de Maria Noelci, isso ficou bem evidente, embora tenha estudado em uma escola privada, onde a ausência de negros e negras era uma realidade, não foi muito diferente da experiência de Vera Daisy que estudou em escola pública, onde a ausência de negros e negras se repetia. No entanto, há outras formas que promovem a exclusão e marginalização das crianças e jovens negros, como por exemplo a existência de um ritual pedagógico que para Gonçalves “exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e impõe às crianças negras um ideal de ego branco” (GONÇALVES *apud* CAVALLEIRO, 2000, p. 32). A não problematização por parte dos professores das situações de discriminação presentes nos próprios livros escolares contribuiu não só para contribuir não só para reduzir a autoestima de

estudantes negras e negros, como também para perpetuar o racismo na sociedade.

Nas lembranças de infância de Reginete Bispo, foi possível perceber que a negação por ela ser uma criança negra se materializava, por exemplo, nos banhos de riacho quando, inúmeras vezes, suas amigas não negras a esfregavam a fim de ver se com água seria possível embranquecê-la, o que fazia dela uma intrusa entre seus amigos brancos. Não muito diferentes foram as experiências e vivências enquanto estudantes do ensino médio e universitárias, embora as condições socioeconômicas das entrevistadas não as tenham impossibilitado de cursar o ensino superior na universidade pública – todas são formadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – a experiência de serem as poucas e, quiçá, as únicas mulheres negras em seus cursos foi marcante

Em sua tese, Maria Conceição Fontoura (2017) aponta que desde o surgimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul houve uma presença negra, tanto física quanto intelectual, ocupando os diferentes estratos dentro da Universidade, seja como discentes, como foi o caso das entrevistadas da pesquisa, seja como docentes e servidoras e servidores técnicos-administrativos. Embora de forma reduzida, mas significativa desde a década de 1970, o movimento social negro e o movimento social de mulheres têm ocupado/ invadido a UFRGS, como afirma Fontoura (2017, p.77)

Dialogando com o tema invasão/ocupação, afirmo que a UFRGS há tempo é invadida/ocupada pelo movimento social negro e pelo movimento social de mulheres negras. Nos anos de 1970, o Bar do antigo Diretório Franklin Delano Roosevelt, epítetado de Bar da Filosofia, atual Bar do Antônio, serviu de sede para o Grupo Palmares. O manifesto de integrantes do Grupo, publicado no Jornal Zero Hora em 19 de novembro de 1972 teve como local da entrevista o referido estabelecimento.

Foi a partir da aproximação com alguns desses segmentos de negros, seja através de servidores, seja através dos discentes da UFRGS, que a militância para algumas, como nos casos de No Homero e de Vera Daisy Barcellos, se inicia.

A trajetória das entrevistadas guarda semelhanças com a história de várias mulheres empobrecidas e que, com muito custo, alcançaram carreiras que até então pareciam inacessíveis a mulheres negras. Maria Noelci forma-se em Biblioteconomia e torna-se funcionária pública. Vera Daisy, embora tenha sido criada por uma família rica, não usufruía totalmente dos bens materiais, tanto que, durante todo o período da graduação em Jornalismo, seguiu os estudos conciliando-os com as tarefas domésticas em sua residência e é somente depois de formada que Vera Daisy terá seu primeiro salário, tendo atuado como jornalista em vários jornais do estado como Correio do Povo, Diário de notícias, Zero Hora. Foi também editora chefe de uma revista dedicada a discutir as questões étnico-raciais no Rio Grande do Sul, no final dos anos de 1970. Por fim, a mais jovem entre elas, Reginete Bispo, forma-se em Ciências Sociais. Chama a



atenção o tempo de conclusão do ensino superior, apesar da ausência de políticas públicas no período em que ingressaram na universidade, todas as entrevistadas já estavam formadas e atuando em suas respectivas áreas quando contavam entre 20 e 25 anos de idade.

As entrevistadas, na contemporaneidade, atuam em diversos espaços na linha de combate ao racismo, sexismo e de gênero, e todas elas de uma forma ou de outra atuam em organizações ditas de mulheres negras. Vera Daisy faz parte da Organização Sempre Mulher, atuando como conselheira fiscal, Maria Noelci, atua na Rede de Mulheres Negras para a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN) e Reginete Bispo é diretora executiva no Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos Gênero, Raça e Etnias - AKANI. Apesar de todas elas, num dado momento, terem participado do movimento de mulheres negras, com exceção de Maria Noelci cuja militância se deu a partir do seu ingresso na Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher, as demais foram militantes do movimento negro e, especialmente, do MNU, como foi o caso de Reginete Bispo, que chegou ocupar o cargo de Secretária Estadual pela entidade e de Vera Daisy que atuou no Grupo Cultural Palmares.<sup>17</sup> É justamente a militância o principal ponto em comum entre todas as entrevistadas. Esta trajetória possibilitou que se conhecessem, se encontrassem e atuassem juntas em algumas organizações, como foi o caso de Maria Noelci e Vera Daisy, que atuaram seja como coordenadoras, ou como consultoras na ONG Maria Mulher, ou desenvolvessem trabalhos coletivos em diversos espaços, como foi quando Reginete se lança como candidata pelo Partido dos Trabalhadores e Noelci, como outras companheiras e companheiros do movimento negro, envolveu-se na captação de recursos vendendo “bolinhos de Zumbi”, como relatou Noho em entrevista. Esta relação entre elas facilitou sobremaneira este trabalho.

Os perfis dinâmicos dessas mulheres, configurados por trajetórias familiares, escolares, profissionais, revelaram singularidades e semelhanças entre as entrevistadas. Ao focalizar a militância de cada uma das entrevistadas nos movimentos sociais e nas ações coletivas, foi possível perceber as semelhanças, em seus discursos, quanto às relações tensas e conflituosas entre companheiros de movimento, quanto aos processos de formação e aprendizados que serão explorados com maior profundidade no próximo capítulo.

---

<sup>17</sup> O Grupo Palmares surge em 1971, organizado como uma associação cultural sem fins lucrativos na cidade de Porto Alegre. A realização de um ato cívico, para marcar os 89 anos da morte do abolicionista Luiz Gama, foi a primeira atividade pública realizada pelo Palmares. O Grupo Cultural Palmares foi o propulsor da instituição do 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, como data máxima para a comunidade negra brasileira. Em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, o 20 de Novembro torna-se dia nacional da Consciência Negra.

Neste, por sua vez, as considerações acerca das mulheres negras entrevistadas revelam como ocorreram seus engajamentos com os movimentos sociais e político-partidário ao longo das suas trajetórias de vida.

### 3 MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTO SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Historicamente, os movimentos sociais são considerados como “agentes” cuja ação se dá a partir de um grupo organizado e tem por objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político. Nesse sentido, os movimentos sociais assumem o papel de porta-vozes de determinados grupos de pessoas que se encontram em uma mesma situação, seja de opressão, injustiça, desigualdade social e econômica, entre outras. Contudo para se compreender os movimentos sociais, é necessário levar em consideração o contexto histórico, isto é a historicidade da qual emergem, portanto, é necessário compreender as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam. Dessa forma, a existência dos movimentos sociais enquanto meios de manifestação e reivindicação é tão importante para a sociedade civil quanto os partidos políticos e as instituições democráticas.

É necessário apontar que, conceitualmente, movimento social é uma teoria em movimento, cujas interpretações e análises abrangem diversos paradigmas. O direcionamento e a linha interpretativa sobre movimentos sociais, particularmente, o movimento de mulheres negras, seguirá as proposições da socióloga Maria Glória Gohn, referentes à teoria dos novos movimentos sociais. Para esta autora, as abordagens que consagraram os estudos dos novos movimentos sociais estão alicerçadas na Europa, a partir dos anos de 1960 em diante, abarcando duas grandes linhas, como exemplifica a autora:

(...) Agrupados em duas grandes linhas de abordagens, a saber: a neomarxista e a culturalista-acionalista, que se consagrou como a dos Novos Movimentos Sociais. Na corrente neomarxista temos as teorias dos historiadores ingleses Hobsbawm, Rude e Thompson, e a teoria histórico-estrutural representada pelos trabalhos de Castells, Borja,Lojkine, nos anos 70 e 80. Na corrente dos Novos Movimentos Sociais destacam-se três linhas: a histórico-política de Clauss Offe, a psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Alain Touraine, Laclau, Offe etc. sob o rótulo de neomarxistas. (GOHN, 1997, p. 119).

A autora destaca que, embora exista um grau de aproximação entre as correntes, há também grande diferenciação e em alguns casos até mesmo oposição, mas que em linhas gerais as *teorias histórico-político, psicossocial e acionalista* se valem da terminologia Novos Movimentos Sociais. Não é nosso objetivo aqui apresentar cada um desses paradigmas, mas refletir o quanto essas teorias influenciaram vários trabalhos na América Latina, uma vez que, quando se fala nos movimentos sociais que emergiram a partir dos anos de 1970, é a teoria dos Novos Movimentos Sociais que vem à mente, pois esta “foi construída a partir da crítica à

abordagem clássica marxista e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano” (GOHN, 1997 p.120). Contudo, apesar de ter influenciado, não é uma teoria hegemônica quando nos referimos aos trabalhos desenvolvidos sobre os movimentos sociais contemporâneos na América Latina, uma vez que, como bem pontua a autora, esta teoria pode assumir diferentes interpretações, o que na maioria das vezes configura uma teoria ambígua.

Para situar as ações coletivas dos sujeitos, a abordagem em torno dos movimentos sociais se restringirá aos movimentos de caráter étnico-racial e de gênero a saber: o movimento de mulheres negras. Alguns autores têm denominado de caráter identitário todo e qualquer movimento que luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais para grupos historicamente excluídos. Conforme assinala Gohn,

Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos pessoas com necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). (GOHN, 2008, p. 439)

Assim, entre as diferentes frentes de ação dos movimentos sociais, estão aqueles segmentos sociais que atuam por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e rural, além de outros movimentos que atuam por meio de redes sociopolíticas e culturais via fóruns e conselhos, como por exemplo o Fórum Social Mundial (GOHN, 2008, p. 440). A análise de Boaventura Santos sobre os movimentos sociais, de que são possibilidades de constituição de novos presentes e de um outro mundo possível, ao passo que são correntes contra-hegemônicas capazes de promover mudanças (SANTOS, 2006 *apud* SILVA, 2007, p. 103), expressa o porquê de privilegiar o movimento de mulheres negras.

### **3.1 O movimento de mulheres negras brasileiras e a construção de saberes políticos**

As mulheres negras brasileiras, em diferentes contextos históricos, instituíram estratégias de resistência e de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Essas ações, no entanto, foram invisibilizadas ao longo da escrita da história, produzindo uma lacuna para a compreensão da sociedade brasileira<sup>18</sup>. A década de 1970 é vista como o período em que as mulheres negras impulsionaram seu processo organizativo, forjando as bases estruturais para a formação das organizações de mulheres negras contemporâneas (SANTOS, 2009, p 276)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Ver mais em Schumacher e Vital Brazil (2007) e Silva (2009)

<sup>19</sup> Ver mais em SANTOS (2009)

Mas é durante a década de 1980, período de abertura política, do centenário da abolição e da emergência dos movimentos sociais contemporâneos, que teremos uma maior expressão de coletivos e associações próprias constituídas e dirigidas por mulheres negras em todo o território nacional.

Refletir sobre o movimento de mulheres e/ou organizações de mulheres negras no território nacional implica, primeiramente, ter a noção de que estamos falando de um movimento que é plural e diversificado, portanto, não se trata de um movimento homogêneo. Assim, compartilho das análises feitas pela socióloga e historiadora Lélia Gonzalez, em seu livro “Lugar de Negro”,

Na verdade, falar do Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. (GONZALES; HASEMBALG, 1982 p.180)

Embora suas reflexões sejam em torno do Movimento Negro, seu texto permite refletir sobre a própria constituição do movimento de mulheres que, como pontuou Cardoso (2012), é constituído por vários tipos de manifestações e organizações e tem as mulheres como sujeitas prioritárias da práxis e da ação política, o que o torna um movimento amplo e diversificado. Isso significa dizer que o “feminismo” é parte dos movimentos de mulheres, ou seja, é uma de suas facetas (CARDOSO, 2012). É importante destacar que, embora haja uma proximidade entre o feminismo e o movimento de mulheres na atualidade, como uma face um do outro, ele nem sempre foi compreendido como tal por parte das estudiosas sobre o tema. Pinto (2003) aponta que o movimento de mulheres é anterior ao desenvolvimento do feminismo no Brasil e que esteve presente tanto entre as classes médias quanto nas classes populares, e que, embora não se pudesse dissociar um do outro, havia certas especificidades. Como especificidade, a autora aponta que, embora organizados, esses movimentos de mulheres não colocavam em xeque a condição de opressão das mulheres, mas a partir de suas próprias condições procuravam intervir no mundo público. Contrapondo este argumento, tem-se o que a médica e ativista e feminista negra Jurema Werneck<sup>20</sup> afirma sobre o movimento de mulheres negras, que “nossos passos vêm de longe”. Para esta autora, o movimento de mulheres negras, a partir de suas

---

<sup>20</sup> “Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado. No caso das mulheres negras e suas lutas, é possível afirmar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao longo dos séculos que durou o regime no Brasil, tanto aquelas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos, como as fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas lideradas por african@s e afro-brasileir@s que marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX. Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos.” (WERNECK, 2009, p. 157).

articulações políticas em diferentes contextos, instituiu e lutou pela mudança de papéis a elas atribuídos pela sociedade.

Versar sobre o movimento de mulheres negras implica trazer à tona histórias de inúmeras manifestações e mobilizações promovidas por este segmento social que historicamente tem sido oprimido por setores hegemônicos. Assim, explicitar essas narrativas se faz mais que necessário, já que o processo de exclusão se dá pelo não reconhecimento, negação e invisibilidade. Isso não significa dizer que apenas as mulheres negras eram invisibilizadas e marginalizadas, sabe-se que as relações de poder estruturadas no patriarcado heteronormativo atingem todas as mulheres. No entanto, o debate sobre a condição da mulher negra ficou sob responsabilidade das mulheres negras, que se diziam excluídas dos debates políticos (BISPO, 2011).

A principal reclamação das mulheres negras é que estas eram consideradas apenas como sujeitas implícitas, pois tanto o movimento de mulheres quanto o movimento negro se constituíram partilhando de uma falsa ideia de igualdade. Entre o movimento de mulheres, a questão racial não era fundamental; e entre o movimento negro, as diferenças de gênero eram desconsideradas (RODRIGUES; PRADO, 2010, p.449). Esta lógica se modifica, quando as mulheres negras passam a fomentar tais discussões no interior destes movimentos, politizando desigualdades de gênero e intragênero (CARNEIRO, 2003a, p. 118).

Os principais entraves que as mulheres encontraram no interior do movimento negro referem-se ao momento em que elas começaram a questionar sua participação e passaram a exigir maior envolvimento político, contrapondo-se aos papéis subalternizados aos quais eram destinadas no movimento, bem como passaram a criticar assiduamente o machismo e o sexismo por parte de seus companheiros militantes. Esta situação criou uma disputa por espaço, poder e representação dentro do movimento, produzindo um clima de desconforto e apreensão. Segundo Lemos,

Uma das principais acusações dos homens era a de que as mulheres estavam criando um movimento separado. Um outro momento histórico do sexismo (e heterossexismo) dos homens ficou marcado na reação destes ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, quando eles diziam que “o encontro era uma reunião de ‘sapatonas’ [...], um encontro de lésbicas e não “sobraria” mulheres negras para eles. (LEMOS, 1997, p.49 *apud* SANTOS, 2009, p. 277).

Estas situações e divergências no interior do movimento levariam as mulheres negras não a uma separação, como previam seus companheiros de luta, mas sim à possibilidade de darem um “salto de qualidade”, como ressaltou Jurema Werneck em entrevista<sup>21</sup> quando se

---

<sup>21</sup> Cfe. LEMOS, 1997, p.50 *apud* SANTOS, 2009, p. 277.

refere às reflexões acerca da hierarquia de gênero, patriarcado e da própria diversidade das mulheres negras. As divergências políticas no interior do movimento feminista revelaram que mulheres negras e brancas tinham agendas diferentes e difíceis de conciliar, como assinala Santos,

As mulheres negras estavam profundamente insatisfeitas com a forma pela qual suas demandas vinham sendo tratadas dentro do movimento feminista e deixavam claro que a existência de desigualdades sociais e raciais dentro do Movimento era o catalisador da divisão. (SANTOS, 2009, p.277).

As narrativas das entrevistadas quanto às suas inserções no movimento de mulheres negras vão ao encontro daquelas já narradas por outras militantes históricas de diferentes regiões do país – de que as tensões com o movimento negro e com o movimento feminista (mas não só) representaram razões para a formação de um movimento à parte. Assim, verificamos que o papel desempenhado pelas mulheres negras no interior dos movimentos sociais negros e no movimento feminista contribuiu significativamente para fomentar novas percepções políticas, como apontou a filósofa e feminista negra Sueli Carneiro:

A luta das mulheres negras brasileiras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista. Este novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar a tradição de luta do movimento negro e do feminista, afirma esta nova identidade política decorrente do ser mulher e negra. (CARNEIRO, 2003b).

A incidência das ações do movimento de mulheres negras no interior desses movimentos pode ser analisada à luz da construção e produção de saberes políticos como aponta Nilma Lino Gomes

Denunciam a violência machista dentro do próprio movimento negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas, quer sejam no emprego, nos movimentos sociais, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais e também e elas mesmas. (GOMES, 2017, p.73)

Com exceção de No Homero, cuja experiência política se dá a partir da organização de mulheres negras - Maria Mulher, as outras ativistas desta pesquisa tiveram experiências políticas em diferentes segmentos sociais. Para Vera Daisy, sua primeira experiência política foi no Grupo Cultural Palmares, em 1971, e para Reginete Bispo, através de organizações eclesiais, como a Pastoral da Juventude, e do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 1980.

### **3.2 Por diferentes caminhos, chegamos ao movimento de mulheres negras**

A militância política analisada neste trabalho refere-se às atuações de três mulheres, no movimento de mulheres negras, que apresentam sim perfis variados, mas causas em comum. Para entender os caminhos que as levaram ao movimento de mulheres negras, é necessário compreender quais foram os outros percursos e experiências de militância que as conduziram até o movimento de mulheres. Um dos aspectos de militância e atuação que são importantes para esta compreensão refere-se à atuação delas em outros movimentos sociais e políticos tais como, no Grupo Cultural Palmares, na Pastoral da Juventude, no Partido dos Trabalhadores, pois a atuação partidária se faz presente na trajetória de uma das militantes, assim como é de fundamental importância a incorporação da Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher, pois por diferentes caminhos todas ao longo de suas trajetórias atuaram na referida organização.

### **3.3 Grupo Cultural Palmares - breve história**

O Grupo Cultural Palmares surge na cidade de Porto Alegre em 05 de julho de 1971, no contexto de ditadura civil militar, fundado por quatro jovens universitários e tem suas atividades encerradas em 1978, quando seus militantes passam atuar no recém-criado Movimento Negro Unificado - Contra a Discriminação Racial. Para o jornalista Deivison Campos, o Grupo Cultural Palmares deve ser entendido como um movimento de resistência, não apenas contrário à conjuntura ditatorial, mas sim como um movimento de resistência de forma mais ampla, pois o grupo surge com a proposta de fazer uma revisão da história do Brasil, “a fim de recuperar a auto-estima étnica e, com isso, tirar a maioria dos negros do imobilismo político e da acomodação social aos espaços concedidos por uma sociedade, segundo o grupo desigual” (CAMPOS, 2006, p. 9). A principal ação do grupo consistiu na proposição do 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, como a principal data comemorativa para os negros brasileiros, “propunham romper com a idéia de liberdade concedida, vista a partir do 13 de maio, por uma concepção de liberdade conquistada, tendo em Palmares e em Zumbi seu referente” (CAMPOS, 2006, p. 10).

Para Vera Daisy, o Grupo Cultural Palmares contribuiu significativamente para uma consciência crítica referente à questão racial e de classe. Sua inserção no grupo se dá a partir das vivências na universidade, onde conhece aquele que seria o líder do grupo, o poeta, escritor e professor Oliveira Silveira que, como disse ela, “naquele momento nós estávamos iguais né, ele também era um estudante da UFRGS<sup>22</sup>”. Foi a partir das discussões no interior do Grupo

---

<sup>22</sup> Vera Daisy Barcellos, Entrevista agosto 2018



Cultural Palmares que ela passa a refletir criticamente sobre sua condição de mulher negra, morando com uma família branca e de classe média. Externamente, a condição de ser uma estudante universitária e “pertencente” a uma família de classe média a colocava em uma situação de privilégio com relação aos demais companheiros do grupo, que a viam como uma “preta burguesa”<sup>23</sup>. Já internamente, a relação familiar permaneceu a mesma, isto é, alguém precisava fazer o serviço doméstico e esse alguém era ela. A relação de que a desigualdade social no Brasil se dá primeiramente pelo marcador racial, sendo esta a principal bandeira de luta dos movimentos negros pós-ditadura, foi experienciada e vivenciada por Vera Daisy ao longo de toda a sua relação familiar. Em um contexto marcado por dificuldades e falta de oportunidades em que se encontrava sua mãe biológica, o que a levou a deixá-la aos cuidados desta família, Vera Daisy, embora tenha tido oportunidades que sua mãe, dinda e irmãs não tiveram, isso não significa que essas sejam iguais às da população branca. Ser mais do que a empregada da casa apresentou-se como um desafio para a vida de Vera Daisy, o qual se aproxima do que diz a letra de uma música do maior grupo de rap nacional, os Racionais MCs,

Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim (RACIONAIS MCS, 2006)<sup>24</sup>

Ser melhor como? Apesar de ser estudante universitária e, posteriormente, uma jornalista, o que lhe confere um certo *status*, ela continua sendo uma mulher negra que vivencia o racismo, as desigualdades de gênero e de origem social,

### **3.4 Da pastoral da juventude à militância político partidária**

Para algumas das entrevistadas, como foi o caso de Reginete Bispo, a capacidade de liderança parecia algo intrínseco, percebido ainda na adolescência quando, a convite de um padre capuchinho, começou a participar das reuniões da Pastoral da Juventude, em Passo Fundo. Daí vem toda a sua formação política, como apresenta em sua fala:

A igreja investia muito na formação política dos seus quadros, tanto com cursos, a gente lia muito, estudava muito análise de conjuntura. Nesse processo, ali dos anos 80, que um padre espanhol que disse: Reginete, você é uma intelectual orgânica e nós vamos te mandar pra São Paulo pra fazer uma formação. Eu não tinha nem 20 anos, ai eu fui pra São Paulo no Cajamar, uma das primeiras turmas do Cajamar, que é centro de formação da esquerda. Aí fiz o curso, fiquei 40 dias lá fazendo um curso de análise de conjuntura custeado pela igreja, aí, lá nesse curso, era o Paulo Freire, o Paul

---

<sup>23</sup> Termo utilizado para diferenciá-la deles.

<sup>24</sup> Música A vida é um desafio - Racionais Mcs

Singer era toda essa turma ali dando curso de formação (REGINETE BISPO, agosto, 2018).

A pastoral da juventude, movimento de base eclesial, está inserida dentro de uma corrente que permeou algumas igrejas na América Latina, a partir da teologia da libertação<sup>25</sup>, a qual tem na figura do Paulo Freire um dos seus principais interlocutores. Este curso foi muito importante para a formação política desta ativista, e também foi uma reviravolta na sua forma de fazer e pensar política, sobretudo com relação à questão racial. Como expressa em sua fala abaixo

No final, eles deram uma tarefa para gente. Eles deram um filme e a gente tinha que fazer uma análise de conjuntura do processo que ocorreu naquele filme. Tu nem imagina o filme que eles nos deram, que foi o filme *Queimada* com o Marlon Brando juvenzinho, que foi o processo de revolução no Haiti. (...) nós tivemos que analisar os aspectos políticos, econômicos e culturais. Cada um fez sua análise e depois tinha que apresentar e todo mundo leu um elemento **eu era a única pessoa que tinha feito uma leitura absolutamente diferente daquele quadro que se desenha muito com o que a gente vê hoje: “ah! porque eles não tinham estratégia. porque isso e aquilo”, eu falei do racismo, que eles foram absolutamente boicotados, eles produziam açúcar e vendiam pra Holanda e pros Estados Unidos quando os negros tomaram o Estado e constituíram um governo negro todo mundo boicotou e ninguém mais comprou o produto deles e eles foram obrigados em determinado momento a negociar; e, todo mundo, ah! falta isso, faltou aquilo, mas ninguém via o componente racial.** (REGINETE, agosto, 2018, grifos meus).

Este cenário que Reginete vivenciou durante o curso, da ausência de outras variáveis para além da luta de classes, é um questionamento que se fará presente tanto no movimento negro, quanto no movimento de mulheres de uma forma geral. Como ela conta “foi um processo doloroso, mas né, eu voltei com tudo”. Ao perguntar se havia no grupo discussões acerca das relações de gênero, ela foi bem enfática

Nós sempre nos organizamos e sempre fizemos a discussão de gênero, me lembro que a gente organizou e nós meninas da pastoral fizemos uma campanha pela legalização do aborto nos anos 80, lá em Passo Fundo, e aí nós organizamos um tribunal popular para julgar o aborto e levamos a Jussara Cony<sup>26</sup> que era uma menininha, era jovem” (REGINETE BISPO, agosto 2018)

---

<sup>25</sup> Para Leonardo Boff, um dos principais teóricos da corrente, “a Teologia da Libertação tem como centro o pobre. (...) Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. (...) A Teologia da Libertação emergiu do bojo desse movimento maior mundial e latino-americano, por um lado político e por outro eclesial. Ela se propôs pensar as práticas eclesiais e políticas em curso à luz da Palavra da Revelação. Ela comparecia como palavra segunda, crítica e regrada, que remetia à palavra primeira que é a prática real junto e com os oprimidos. Alguns nomes seminais merecem ser aqui destacados que, por primeiro, captaram a relevância do momento histórico e souberam encontrar-lhe a fórmula adequada, Teologia da Libertação: Gustavo Gutiérrez, do Peru, Juan Luiz Segundo, do Uruguai, Hugo Asmann, do Brasil, e Enrique Dussel e Miguez Bonino, ambos da Argentina. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>. Acessado em 24 de novembro de 2018

<sup>26</sup> Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi vereadora em Porto Alegre entre 1982 a 1988 e deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre 1991 e 2006. Exerceu, pela segunda vez, o cargo de vereadora em Porto Alegre entre 2012 e 2016.

Verifica-se que a atuação da Reginete na Pastoral da Juventude foi de suma importância, como ela afirma, “a minha participação mudou o grupo, a igreja mudou, eu mudei”. As questões por elas abordadas em Passo Fundo demonstram que elas não estavam alijadas das discussões mais ampla das mulheres.<sup>27</sup>

A inserção no Partido dos Trabalhadores ocorre em 1986. Neste momento, Reginete Bispo já despontava enquanto liderança na região, como se pode observar em sua fala.

Em 1986, o PT me convidou para me filiar no partido porque eu já tinha um trabalho enorme nas comunidades, lá na Vila São Luiz Gonzaga. (...) Aí, quando ingressei na pastoral, eu era tão rigorosa que a Caritas de Passo Fundo me convidou para dirigir um centro de juventude que atendia cerca de 300 crianças, desde o jardim e eu topei né. Então, ali vivi minha vida. Final de semana, sábado, minhas festas eram tudo na comunidade, então uma comunidade enorme. A militância política foi ali; participei ativamente na organização da Reforma Agrária da região, porque naquela região onde eu trabalhava, a maioria naquele período, o pessoal da periferia das médias cidades, era um pessoal que tinha vindo do campo né, fruto do êxodo rural, então quando organizou a primeira ocupação do MST<sup>28</sup> na Fazenda Anoni, a gente trabalhou direto lá. (REGINETE BISPO, agosto, 2018).

O trabalho desenvolvido na região e o seu engajamento junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 1985, chamou atenção do PT que, em 1986, a convida para compor seus quadros. Em 1988, ela se lança como candidata à vereança, ficando na suplência. Em 1989, a partir de um mapeamento realizado pelos “pretos do partido”, ocorreu na cidade de Porto Alegre um encontro com os candidatos negros e negras que haviam concorrido nas eleições anteriores, e é neste momento que ela conhece a Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher. No ano seguinte, 1989 ela se muda para Porto Alegre e junto com outros militantes fundam o Instituto Solano Trindade. É a partir deste instituto que ela se incorpora à luta das mulheres negras, passando a ter contato com outras mulheres como Silvia Pato, psicóloga, Tania Silva, professora, Fátima, de Santa Maria. É nesse espaço que a questão de gênero começa a fazer parte de suas análises, entrelaçada com a questão racial, que era uma discussão muito presente no seio familiar e que foi sua primeira bandeira de luta, assim como a questão da terra. A passagem pelo Solano Trindade foi muito importante para sua construção, mobilização e integração com as mulheres negras, principalmente com a Maria Mulher, tendo sido a companheira Vera Lopes a pessoa responsável por essa aproximação.

---

<sup>27</sup> A questão do aborto já se mostrava, na década de 1980, uma pauta importante para as mulheres. Esse tema já aparece na “Carta das mulheres” promovida pelo Conselho Nacional do Direito da Mulher criado em 1985. Como aponta Pinto: “Em dois pontos a carta apresentou originalidade em relação aos demais documentos do período, o 1º refere-se à questão da violência contra a mulher (..) o 2º diz respeito ao polêmico tema do aborto - a carta não propõe explicitamente a legalização da prática, mas postula um preceito constitucional que abriria caminhos para uma posterior discussão do tema.” (PINTO, 2003, p. 75)

<sup>28</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Em uma análise mais ampla sobre o movimento de mulheres negras brasileiras, ela acompanhou os debates e embates com o movimento negro e o movimento de mulheres, período em que muitas mulheres negras rompem com esses movimentos e organizam suas próprias organizações, que terão mais fôlego na década de 1990, com a criação de diversas ONGs. A militância partidária nunca foi desvinculada da luta social, mas isso também lhe custou caro, como ela aponta

A minha militância partidária nunca foi desvinculada da minha luta social, do movimento social; até hoje milito dentro do partido porque tem uma referência no movimento social, porque não tem sentido estar dentro de um partido totalmente desvinculado da luta social e das demandas, que eu acho que é um problema que tem hoje nos partidos políticos e esse distanciamento da luta social negra que não tem a convicção dos elementos necessários para fazer a disputa da política dentro dos partidos. Eu acho que a gente perde muito com isso, porque as organizações, a maioria delas, não são partidárias são autônomas, então essa disputa política não acontece. Eu talvez tenha sido uma das poucas assim do país que tenha feito essa opção de militar no movimento social de mulheres e ter uma vida orgânica partidária. Isso, claro, me custou caro, porque mesmo dentro do movimento de mulheres negras, dentro do movimento negro, as pessoas olham sempre com desconfiança, porque acreditam que tu está carregando a bandeira do branco. (REGINETE BISPO, agosto, 2018)

Reginete destaca a importância da militância negra no Partido dos Trabalhadores, pois foi através do tensionamento de seus militantes no interior do PT que o partido incorpora como uma de suas pautas a questão racial.

### **3.5 Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras: breve história**

A organização Maria Mulher nasce a partir de um pequeno grupo de mulheres negras, em 8 de março de 1987, tendo-se consolidado como a primeira organização feminista de mulheres negras do Rio Grande do Sul. A organização faz parte dos movimentos sociais negro, feminista e popular, inserindo na pauta de lutas desses movimentos os recortes de gênero e raça/etnia (FONTOURA, 2004). A organização surge, como bem pontua Fontoura, da necessidade de as mulheres exercerem seu protagonismo na luta contra o racismo, sexismo e exclusão social. Uma das primeiras ações de Maria Mulher tinham como objetivo chamar atenção para o reconhecimento da história de luta das mulheres negras na sociedade. A produção de conhecimento e o acesso à informação sempre foram vistos por esta organização como uma prioridade, pois, se o conhecimento significa poder, sua ausência significa dominação (FONTOURA, 2004). A primeira publicação da entidade ocorre no mesmo ano de sua fundação, em novembro de 1987, e tinha como tema refletir sobre o centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, que aconteceria em 1988. O boletim chamava atenção para a forma como o governo brasileiro iria abordar o evento

O ano de 1988, de acordo com o calendário do governo Sarney, prevê os festejos do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. O MINC – Ministério da Cultura elaborou uma vasta programação em quase todos os estados da União, com o objetivo de fazer uma grande festa, dentro do espírito da “democracia racial” que sustenta o discurso liberal das elites dominantes do país. Só que a negrada não “está aí pra bobo”. A postura adotada pelo Movimento Negro tem sido de repudiar o festão e contrapor-se com alguns eventos, sem cunho festivo, mas que propõem reflexão e análise sobre a real condição do Povo Negro, buscando soluções alternativas para os vários e diferentes problemas que atingem a comunidade negra (Boletim n. 1, 1987, *apud* FONTOURA, 2004)

O boletim conclui informando que a organização estaria ao lado dos setores cujas ações estivessem voltadas para uma programação que visasse simbolizar os 100 anos de resistência da população negra. E foi assim que, Maria Noelci (NO), ao participar junto com as mulheres de Maria da programação do centenário da abolição, passa atuar efetivamente na entidade, em 1989, permanecendo até 2012.

É importante frisar que, para essa ativista, as discussões em torno da questão racial e de gênero começam ainda durante a graduação em biblioteconomia, quando conhece algumas mulheres, entre elas Maria Conceição<sup>29</sup> que foi uma das responsáveis pela formação da organização Maria Mulher. Como aponta em sua fala,

Durante o curso, eu fui conhecendo outras pessoas que já estavam fazendo essa discussão, aí eu fui ficando e tal. (...) Depois, conheci a Conceição que em janeiro começou a fazer umas atividades na UFRGS para pessoas negras e eu participava. Aí eu disse: “mas porque a gente não faz um grupo de discussão de mulheres negras”? Daí Conceição respondeu: mas já tem, só que a gente deu um tempo porque não estamos conseguindo se reunir porque trabalhamos, uma trabalha aqui outra trabalha ali, mas a gente podia retomar. (MARIA NOELCI, 2018).

No, já graduada, participava das atividades na UFRGS, mas queria mais, então, começou “a torturar” as “meninas” para que voltassem a fazer as reuniões. Nesse momento, em 1988, ela conta que: “Vera Lopes<sup>30</sup> retorna de Salvador, onde havia participado das reuniões preparatórias, ela já era do teatro e começou a fazer alguma coisa em relação ao teatro e ao centenário, aí eu resolvi fazer esse trabalho junto com elas e, em 1989, eu entrei mesmo” (Maria Noelci, 2018). A intervenção para o centenário da abolição envolvia uma apresentação teatral e uma exposição de obras de arte só de artistas negros e negras. Esta ação ocorreu primeiramente nas dependências da UFRGS, local de trabalho de Maria Conceição e depois seguiu para o SESC e para outros lugares do interior (cfe. relato de Maria Noelci, agosto, 2018).

A organização, desde a sua fundação, tem como missão desenvolver ações que visem socializar, resgatar e valorizar a cultura negra, bem como contribuir para uma sociedade justa e igualitária e com respeito às especificidades raciais e sexuais do conjunto da população

---

<sup>29</sup> Feminista negra histórica do Rio Grande do Sul, Doutora em Educação, servidora da UFRGS.

<sup>30</sup> Militante histórica do Movimento de Mulheres Negras, poetisa, advogada e uma das fundadoras da Organização Maria Mulher

(Boletim n.1, 1987 *apud* FONTOURA, 2004). Assim, as ações a partir da inserção em Maria Mulher e os trabalhos desenvolvidos com as centenas de jovens e mulheres ao longo desses 23 anos em que No Homero esteve ligada à instituição foram de fundamental importância para a construção de seu ativismo político e social.

Foi com as meninas e mulheres todo o meu aprendizado. (...) foi um aprendizado de fortalecimento da questão racial, porque na minha família sempre teve essa discussão, de que nós temos que ser melhores, porque nós temos que nos valorizar, porque somos negros, mas não tinha a discussão sobre igualdade era uma coisa que tinha que ser melhor porque era uma coisa introjetada da subalternidade (MARIA NOELCI, agosto 2018)

E também foi a partir do trabalho desenvolvido nessa instituição que a discussão em torno de segurança alimentar veio à tona, a qual estava vinculada diretamente às demandas das mulheres que acessavam a organização por meio de programas e projetos:

(...) A gente começou a fazer a discussão de segurança alimentar até por demanda delas, porque as mulheres que eram usuárias de drogas e tinham aquelas que eram infectadas com HIV e aí elas não faziam adesão ao tratamento porque elas não tinham comida aí começamos a trabalhar com segurança alimentar e foi crescendo e criamos uma rede só pra isso para falar sobre insegurança alimentar e como aumentou tanto, formalizamos enquanto instituição. (MARIA NOELCI, agosto 2018)

É evidente o quanto a atuação na referida organização possibilitou um novo olhar para as questões étnico-raciais de gênero, sexualidade e saúde. Além de fomentar o debate acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional ao trazer para ordem do dia as questões de direito à alimentação, e de um outro modelo de desenvolvimento sustentável e que leve em conta as mulheres negras. A organização é referenciada nas falas das outras entrevistadas como espaço político em que também atuaram, mesmo que por um curto período, seja na qualidade de consultoria, como foi o caso de Vera Daisy, que foi assessora de imprensa da organização durante o início dos anos dois mil e alçou a entidade a nível nacional, como na qualidade de associada, caso de Reginete Bispo, que participou do conselho consultivo da entidade.

Assim, identifica-se que são mulheres negras em movimento e que transitaram por diferentes espaços políticos ao longo de suas trajetórias. As experiências anteriores de Vera Daisy e Reginete Bispo revelam que suas atuações se deram primeiramente na discussão da questão racial, e só depois a perspectiva de gênero passou a ser incorporada em suas reflexões e ações. Verifica-se também, a partir de suas falas, que as mulheres negras sempre estiveram e muitas das vezes foram as responsáveis pela estruturação de grupos e coletivos negros, mas que a visibilidade e reconhecimento nem sempre as contemplam.

### 3.6 Mulheres negras em movimento: lutas contemporâneas

A partir das trajetórias sociais e políticas das ativistas abordadas nesta pesquisa identifica-se que a luta por uma sociedade justa, antirracista se faz presente na contemporaneidade seja em forma de novas ações e/ou de participação em organizações negras, na institucionalidade, ou nas lutas sindicais. São perceptíveis, na atualidade, as marcas que o movimento negro e o movimento de mulheres negras imprimiram no fazer e ser jornalista de Vera Daisy Barcellos, no fazer da política partidária de Reginete Bispo e no fazer de articulação em rede de No Homero.

Por uma comunicação antirracista, vê-se a atuação da Vera Daisy no Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros no Rio Grande do Sul criado em meados de 2001.<sup>31</sup> Em 2004, o Núcleo Gaúcho, com outros núcleos de jornalistas da região sudeste apresentaram no XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas uma tese de grande relevância para a luta dos jornalistas contra a desigualdade racial na profissão (XAVIER, 2013). Das teses apresentadas neste congresso, destacam-se recomendações como a inclusão da autodeclaração étnico-racial nas fichas sindicais, bem como a realização de dados estatísticos sobre a categoria levando em consideração o recorte racial e de gênero. Vera Daisy é uma das articuladoras do Núcleo de diversidade e gênero e, entre os trabalhos desenvolvidos por ela, estão a parceria com a organização feminista Coletivo Feminino Plural em adesão à campanha Ponto Final à violência Contra as Mulheres, pela descriminalização do Aborto e o curso de Gênero, Raça e Etnia.<sup>32</sup> Destaca-se, ainda, sua atuação no conselho deliberativo da Fundação Cultural Piratini Televisão Educativa TVE- RS, participou do Conselho Municipal de Políticas para o Povo Negro e do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CODENE. De 2007-2010, integrou a gestão do Sindicato dos Jornalistas profissionais do Rio Grande do Sul (SINDIJOR) como presidenta da Comissão de ética e na gestão (2013 -2016) atuou como vice presidenta do sindicato. No período de 2014-2017 foi presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -COMDIM/Porto Alegre. Durante quatro anos, representando o Sindjors, integrou a Comissão de Avaliação do Ingresso de Cotistas Raciais, responsável pela

---

<sup>31</sup> Esta iniciativa parte da omissão dos meios de comunicação em visibilizar a participação dos militantes durante o Fórum Social Mundial de 2001.

<sup>32</sup> Promovido pelo Núcleo de diversidade e Gênero, contou com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas. O curso teve o patrocínio da ONU Mulheres e atingiu mais de 750 jornalistas, comunicadoras e estudantes em dez estados.

acessibilidade de candidatos/as negros/as a cargos públicos de provimento efetivo do Município de Porto Alegre.

No Homero, a partir da experiência adquirida na Ong Maria Mulher e, em articulação com outras mulheres negras criam em 2005 a Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN), a qual tem como missão a articulação com organizações da sociedade civil para propor políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação adequada e à soberania e segurança alimentar e nutricional da população negra e, em particular, das mulheres negras, além de atuar na avaliação dos efeitos das políticas públicas de Soberania e Segurança Alimentar.<sup>33</sup> Essa articulação se dá em redes tanto com as mulheres negras de diferentes estados do Brasil quanto com mulheres de países de língua portuguesa do continente africano.

Reginete Bispo tem-se debruçado sobre as questões que envolvem as comunidades remanescentes de quilombos e refugiados no Rio Grande do Sul, intervindo a partir da institucionalidade. No ano de 2012, representou o Governo Brasileiro no IV Congresso Nacional Africano na África do Sul. Integrou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS de 2011 a 2014<sup>34</sup>. Atualmente é suplente de vereadora na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, consulesa honorária do Senegal, dirige a AKANI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos Gênero, Raça e Etnias e recentemente foi eleita como 2º suplente para o Senado junto com Paulo Paim.

---

<sup>33</sup> Ver: <<http://mulheresnegrassan.wixsite.com/mnssan?fbclid=IwAR0o8dSq6rFq9s-XNoJdrdRL05tDsc0JapX80f2VjIU3jEsqoDedWoQde4>>

<sup>34</sup> Ver: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/Default.aspx?IdMateria=315313>>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os estudos que se debruçaram a analisar as conquistas e ações dos movimentos sociais, mas pouco têm focado a agência dos sujeitos e sujeitas militantes e que foram determinantes na constituição desses movimentos. Aqui procurei enfatizar a experiência e trajetórias sociais e políticas de três ativistas negras e suas inserções com os movimentos sociais, buscando destacar como se articularam suas percepções de gênero e raça e como estes espaços influenciaram suas identidades como mulheres negras, bem como suas formações políticas. Embora possuam perfis variados, as mulheres entrevistadas mostram compartilhar as bandeiras de luta de enfrentamento ao racismo, sexismo e desigualdades sociais, embora o processo de engajamento nos Movimentos Sociais tenha ocorrido para cada uma delas de maneira diferente.

Investigar as trajetórias de vida e políticas das mulheres negras de Porto Alegre fez-me reviver com elas momentos significativos de suas vivências e histórias. A partir das memórias das entrevistadas, foi possível perceber um pouco de suas intervenções e seu jeito de fazer política, os aprendizados adquiridos nos movimentos sociais, suas tensões e conflitos intramovimentos. A pesquisa demonstrou que nem sempre a participação em um movimento social identitário significou ruptura, revelou que a atuação concomitante não é impossível e que essa participação exige escolhas, que muitas vezes se dão em meio a conflitos pessoais e políticos, como foi o caso da entrevistada Reginete Bispo que, ao optar por fazer sua militância partidária sem se desvincular da militância nos movimentos sociais, muitas vezes foi questionada e, em alguns casos, teve sua fala deslegitimada por companheiros e companheiras de militância, por acreditarem que ela estava levando a bandeira do partido.

Verifica-se que a emergência dos novos movimentos sociais de caráter identitário, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista, embora progressistas, ainda assim não incorporavam as necessidades específicas daquelas que também estavam inseridas no interior desses movimentos, isto é, as mulheres negras. Diante disso, as mulheres passaram a fomentar debates no interior desses movimentos, ao passo que também se inserem em um movimento à parte, o Movimento de Mulheres Negras. As narrativas das entrevistadas colaboram e reforçam o caráter que o Movimento de Mulheres Negras tem que é o de pressionar pelo reconhecimento de suas especificidades, expondo as problemáticas das desigualdades intragênero e racial no interior dos movimentos sociais negros, feministas e partidário.

Nas trajetórias de Vera Daisy, No Homero e Reginete Bispo, confirma-se o que Nilma Lino Gomes (2017) diz sobre o movimento social negro, e aqui acrescento o movimento de mulheres negras, como sendo portadores de saberes políticos e emancipatórios que não se restringem apenas à comunidade negra, mas reeducam o conjunto da população. Os ativismos dessas mulheres na contemporaneidade, forjados no interior dos movimentos sociais, têm demonstrado que os movimentos sociais negro e de mulheres negras têm conseguido expandir a política da raça e da identidade negra, e aqui acrescento a questão racial de gênero, para locais em que elas antes não eram consideradas ou eram invisibilizadas (GOMES, 2017). As experiências adquiridas por estas mulheres no interior dos movimentos sociais fazem parte de suas *praxis*, no caso de Vera Daisy, as questões sobre diversidade gênero e raça passaram a ser incorporadas no sindicato dos Jornalistas, nos conselhos municipais em que ela está inserida. Para Nô, isso se dá a partir da discussão em torno da soberania e segurança alimentar, e para Reginete, através da política partidária.

A pesquisa colocou-me em contato com mulheres negras que seguem em movimento, que seguem lutando por uma sociedade justa, equânime e antirracista, que seguem resistindo, demarcando suas diferenças entre os diferentes.

Esta pesquisa é apenas uma proposta inicial, que tinha como objetivo visibilizar as narrativas e trajetórias das mulheres negras gaúchas e suas inserções nos movimentos sociais, bem como contribuir para o reconhecimento histórico de atuação das mulheres negras. No entanto, em virtude do tempo e por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, os depoimentos foram limitados e as análises sobre os depoimentos também, portanto, este trabalho está longe de ter um fim, é só um começo.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar A. **História do movimento negro no Brasil**: constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.
- ALBURQUEQUE, Wlamira R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos revisitados. **Revista de Estudo Feministas**, v.3, n.2, p. 458-463, 1995.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzales – 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, 2000.
- BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate**: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997). Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) FFCH – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteira da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.2, p. 91-109, 2000.
- CALDWELL, Kia Lilly. Militância das mulheres negras e o desenvolvimento do campo de saúde da população negra no Brasil. *In*: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- CAMPOS, Deivison M. C. de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2006.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Revista USP. Estudos avançados*, São Paulo, v.17, n. 49, p. 117-33, 2003a.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003b.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. Estado**. [online]. v. 31, n.1, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 131-141, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300015>>.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. **Invasão / ocupação da UFRGS**: diálogo com docentes de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FÓRUM permanente de mulheres negras. **Avaliação dos 30 anos do I encontro nacional de mulher negras**. Relatoria 13º Fórum Social Mundial, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez., 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792008000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792008000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 26 de junho de 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio M. et alli. **Movimentos Sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS/ CNPq, 1983.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel, T. (Org.) **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.87-106.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LAZO, Angie Edell C. **Mujeres Afrodescendientes en Sur de Brasil**: percepciones bajo las dimensiones de justicia. Riga, Letônia: Editorial Académica Española 2018

LEMO, Rosalia de O. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, agosto de 2016.

MACHADO, Bárbara A. “Escrevivência”: a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, 2014.

MOREIRA, Núbia Regina. **O Feminismo Negro Brasileiro**: um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

- PEREIRA, Nilton M. Ensino de História e resistência: notas sobre uma história menor. *In*: PAIM, Elison Antonio (Org.). **Patrimônio Cultural e Escola**. Florianópolis: UP/CED/UFSC, 2017, p. 227-246.
- PERUSSATTO, Melina K. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.
- PETERSEN, Silvia Regina F.; LOVATO, Barbara H. **Introdução ao estudo da História**: temas e textos. Porto Alegre: Edição das autoras, 2013.
- PINTO, Céli Regina J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- RODRIGUES, Cristiano Santos and PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro**. 2010, vol.22, n.3, pp.445-456
- ROSA, Marcus Vinicius. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Campinas, SP, 2014.
- ROSA, Marcus Vinicius. Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. *In*: **Cadernos de Resumos 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 11 a 13 de maio de 2011.
- SANTOS, Mauricio Reali. **Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos** (Porto Alegre, 1944-1956). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.
- SANTOS, José Antônio. Movimento Negro no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma história II. **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS**, 18-21 jul 2016, UNISC, Santa Cruz do Sul.
- SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da História**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2011.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de Mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez., 2009.
- SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: REDEH/ SENAC Editora, 2007.
- SILVA, Camila de Matos. **Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves**: uma escrita de resistência. Entrelaçamentos entre metaficção historiografia, memória e religiosidade. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

SILVA, Fernanda O. da. **Os Negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz G. e. “Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas”: Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cadernos CEDES** [online], v. 19, n. 45, pp.7-23, 1998.

SILVA, Petronilha Beatriz G. e. Apresentação. In: SANTOS, Irene (Ed.) **Colonos e Quilombolas**: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre: Edição da autora, 2017.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri M. **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SILVA, Joselina da. **Mulheres Negras**: Histórias de algumas brasileiras. Rio de Janeiro CEAP, 2009.

SILVA, Joselina da. O Pensamento das Mulheres Negras Expresso nos jornais do Movimento Negro dos anos oitenta. **Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women’s World Congress** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

SILVA, Maria Aparecida. **Trajetórias de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara - SP**: estratégias sociais na construção do modo de vida. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.

SILVA, Michele Lopes. **Mulheres negras em Movimento(s)**: trajetórias de vida, atuação e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: Geografia –histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: **Vents d'Est, vents d'Ouest**: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [online]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.

WERNECK, Jurema; **O samba segundo as Ialodês**: mulheres negras e a cultura midiática, 2007, Rio de Janeiro. 297f. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

XAVIER, Julliana L.B. **A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial**: o combate ao racismo nos meios de comunicação. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social), Universidade de Brasília (UnB), 2013.

XAVIER, Lucia. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e Saúde reprodutiva**: Marco Teórico-Conceitual. Brasília: UNFPA/Ministério da Saúde, 2011.